



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

HARRISON BORGES NERY

PROJETO DE INTERVENÇÃO: BEM VIVER
PARTICIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS:
UMA PROPOSTA DE GESTÃO COLETIVA DOS ESPAÇOS DE USO COMUM NO
CONJUNTO RESIDENCIAL BOM VIVER I, PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

CACHOEIRA
2019

HARRISON BORGES NERY

**PROJETO DE INTERVENÇÃO: BEM VIVER
PARTICIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS:**

UMA PROPOSTA DE GESTÃO COLETIVA DOS ESPAÇOS DE USO COMUM NO
CONJUNTO RESIDENCIAL BOM VIVER I, PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno Harrison Borges Nery, como requisito de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública, conferido pelo Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação da Prof.^a Daniela Abreu Matos.

CACHOEIRA

2019

HARRISON BORGES NERY

Projeto de intervenção – Participação e Fortalecimento de Vínculos Comunitários: uma proposta de gestão coletiva dos espaços de uso comum no Conjunto Residencial Bom Viver I, Programa Minha Casa Minha Vida.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 29 de julho de 2019:

Daniela Abreu Matos
Professora Orientadora

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Edgilson Tavares de Araújo
Doutor em Serviço Social pela PUC-SP

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ivana Tavares Muricy

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico este projeto primeiramente à força espiritual superior a qual chamamos de Deus, razão da minha existência. Dedico também a Júlia por acreditar e me encorajar a seguir em frente sempre.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha saudosa avó Maria de Lourdes (in memorian) por acreditar e apoiar a minha vontade de estudar. Infelizmente a senhora não estará presente materialmente como era de sua vontade, mas tenho certeza que estarás comemorando essa conquista do plano espiritual.

A minha querida esposa Júlia pela longa caminhada juntos, não só na universidade, mas na vida. Também pelas significativas colaborações para esse trabalho, tanto nas pesquisas realizadas em parceria anteriormente quanto no apoio as pesquisas de campo para este projeto.

A minha querida filha Aine, pelas responsabilidades assumidas profissionalmente em nosso comércio, o que me possibilitou a conclusão desse trabalho. Tenha certeza que a sua vez vai chegar!

A todos os professores do curso de gestão pública da UFRB pelos valiosos ensinamentos que levarei para a profissão e para a vida. Em especial a minha estimada orientadora Daniela Abreu Matos por toda paciência e apoio ao longo da elaboração desse projeto.

Aos colegas de curso, pelos bons momentos vividos e experiências compartilhadas.

A todos os moradores que participaram das pesquisas realizadas pela confiança e acolhimento na comunidade, quase todos fizeram questão de me receber no interior dos seus lares sem ao menos me conhecerem, não tenho palavras para lhes agradecer.

A minha mãe Kátia e irmã Priscila, pela ajuda nos momentos difíceis.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade.

Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha juntos, é realidade...

Raul Seixas

NERY, Harrison Borges. Projeto de intervenção: Bem Viver - Participação e fortalecimento de vínculos comunitários: uma proposta de gestão coletiva dos espaços de uso comum no Conjunto Residencial Bom Viver I, Programa Minha Casa Minha Vida. 69 páginas. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RESUMO

Os vínculos comunitários são de extrema importância para a vida em comunidade, é a partir deles que se estabelecem relações que possibilitam a construção de ideais que valorizam o interesse comum. Por outro lado, a fragilização desses vínculos dificulta a organização das pessoas na luta pelos seus direitos e na resolução dos problemas comuns. Esse é um problema facilmente observável a partir da falta de organização e de conservação dos espaços e equipamentos públicos em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, reflexo direto da fragilidade ou ausência desses vínculos. Isso acontece porque os moradores foram afastados dos seus antigos territórios e dos vínculos relacionais que lá estabeleciam para o novo território e não houve nenhuma preocupação do programa com a integração dos moradores pós-ocupação e com a criação de espaços participativos comunitários, situação essa semelhante a do residencial Bom Viver I em Alagoinhas. Portanto esse projeto objetiva o fortalecimento dos vínculos comunitários nessa comunidade, através de ações participativas, associativas, educativas e de apropriação que buscam a integração dessas pessoas entre si e aos espaços comunais visando à melhoria da gestão do condomínio e da qualidade de vida de seus moradores.

Palavras-chave: Vínculos comunitários; direito a moradia; gestão participativa.

ABSTRACT

Community bonds are of utmost importance for community life. It is from them that relationships are established that enable the construction of ideals that value the common interest. On the other hand, the weakening of these bonds makes it difficult to organize people in the struggle for their rights and in solving common problems. This is a problem that can be easily observed from the lack of organization and conservation of public spaces and equipment in projects of the Minha Casa Minha Vida Track 1 program, a direct reflection of the fragility or absence of these links. This is because the residents were removed from their former territories and the relational ties they established there to the new territory and there was no concern of the program with the integration of post-occupation residents and the creation of community participatory spaces, a situation similar to from the residential Bom Viver I in Alagoinhas. Therefore, this project aims to strengthen the community bonds in this community through participatory, associative, educational and appropriation actions that seek the integration of these people with each other and the communal spaces in order to improve the management of the condominium and the quality of life of its residents. .

Keywords: Community bonds; right to housing; participative management.

ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - População rural e urbana 1950-2010	15
Gráfico 2 - Evolução da população total e urbana do Brasil, e grau de urbanização da população – Anos censitários entre 1950 e 2010	16
Figura 1 - Condomínio Residencial Bom Viver I	27
Figura 2 – Árvore de problemas.	35
Figura 3 – Bloco 002 interditado por problemas estruturais e telhas retiradas deste para transformação do quiosque na associação	43
Figura 4 – Quiosque em 2017 e em 2019.....	43
Figura 5 – Lixos espalhados nas áreas de uso comum em 2017 e 2019	45
Figura 6 – Criança sem espaços para brincar	47
Quadro 1 – Marco Lógico do projeto	50
Continuação Marco Lógico.	51
Conclusão Marco Lógico.	52
Quadro 2 - Indicadores dos objetivos do projeto, acompanhados dos seus respectivos meios de verificação	53
Continuação - Quadro com Indicadores do Marco Lógico, acompanhados dos seus respectivos meios de verificação	54
Continuação - Quadro com Indicadores do Marco Lógico, acompanhados dos seus respectivos meios de verificação	55
Conclusão - Quadro com Indicadores do Marco Lógico, acompanhados dos seus respectivos meios de verificação	56
Quadro 3 - Atividades	58
Quadro 4 - Orçamento: Recursos Humanos	59
Quadro 5 - Orçamento material	60

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CC	Carta Constitucional
CEF	Caixa Econômica Federal
CESCR	Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
CF	Constituição Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EC	Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
SECOM	Secretária de Comunicação do Município
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
TTS	Trabalho Técnico Social
UAMA	União das Associações de Moradores de Alagoinhas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Direito à moradia	12
1.2 Moradia enquanto política pública.....	14
1.3 Participação na gestão de espaços coletivos.....	20
2. MÉTODO	23
3. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE.....	26
3.1 Relação com o espaço	28
3.2 Interdependência e coesão	30
3.3 Relacionamentos	31
3.4 Perspectivas da comunidade	32
3.5 Política e relações externas	33
4. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	34
5. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR	35
6. DIAGNÓSTICO	42
7. MARCO LÓGICO	50
8. ESTRATÉGIAS DE VIABILIZAÇÃO	57
9. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.....	58
10. ORÇAMENTO	59
11. REFERÊNCIAS	61
12. APÊNDICE	64
12.1 Roteiro de entrevistas PMCMV:.....	64
12.2 Termo de consentimento informado	67
12.3 Roteiro metodológico para o estudo de performances sociocomunitárias	68

1. INTRODUÇÃO

1.1 Direito à moradia

A moradia é uma das necessidades mais fundamentais do ser humano. A partir do momento em que o homem primitivo deixa de ser nômade e passa a fixar-se a terra, a habitação passa a ser uma de suas maiores aspirações, pois depende dela para desenvolver suas capacidades e se integrar socialmente com seus semelhantes. Mais que isso, a questão da moradia está relacionada com a própria sobrevivência humana, já que dificilmente viveríamos expostos às intempéries climáticas e aos perigos do mundo natural.

A moradia, para Cardoso (2001), é de extrema importância na vida das pessoas, a questão habitacional influencia a qualidade de vida dos cidadãos e como estes alcançam sua cidadania. Nesta perspectiva, em primeiro lugar é importante que se considere que a sobrevivência depende essencialmente do acesso à moradia.

É por essas e outras razões, como também não podemos esquecer-nos das lutas sociais travadas ao longo da história, que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, o direito à moradia ganha o status de direito humano universal, reconhecido e aplicável em toda parte do mundo como pressuposto da dignidade humana. Em seu artigo XXV a DUDH, estabelece que: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

Nela, os Estados signatários, entre eles o Brasil, se comprometem a tomar medidas no sentido de garantir esses direitos. Ainda que a DUDH não tenha uma obrigatoriedade legal, ela serviu de base para vários tratados internacionais com força legal, entre eles cabe destacar: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), ambos de 1966, compondo assim a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Assim como a DUDH, o PIDESC também reconhece e propaga o direito à moradia como um direito humano universal, conforme expresso em seu artigo 11 promulgado pelo ordenamento jurídico brasileiro através do Decreto N° 591:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida (BRASIL, 1992).

Além disso, a DUDH influenciou diversas constituições nacionais desde sua criação, entre elas a Constituição Brasileira (CF) de 1988, na qual o direito a moradia veio a ser reconhecido como um direito social fundamental.

No Brasil, os aspectos históricos da habitação são contraditórios. Mesmo inseridos na CF de 1988, a moradia somente passa a integrar a concepção de direito social a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 26/2000. Neste processo, ainda é evidente a grande dificuldade no entendimento da moradia como direito social que se constituiu, legitimamente, somente doze anos após a promulgação da Carta Constitucional (CC).

Com isso, a Emenda Constitucional 26/2000, alterou a redação original do art. 6º da CF (Constituição Federal) de 1988, e reconheceu a moradia como um direito social no Brasil.

Art. 1º. O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2000).

Baptista (2010) refere-se à moradia como um direito de suma importância para se viver num Estado Democrático de Direito. Para OSÓRIO e JÚNIOR (2003), todos os cidadãos têm o direito a viver em um lugar adequado. Ambos reforçam a ideia que todas as pessoas têm o direito humano a uma moradia segura e confortável, que seja localizada em um ambiente saudável, promovendo a qualidade de vida dos moradores e da comunidade.

A moradia é compreendida como importante instrumento no exercício da cidadania. Segundo Cardoso (2001), o Brasil apresenta uma situação de extrema desigualdade em relação ao panorama internacional, ao aproximar os indicadores do Brasil com os apresentados pelos países de mais baixo índice de desenvolvimento no mundo. Essas desigualdades tomam diversas dimensões, desde desigualdade de renda, de cor, de etnia e de gênero. Para o autor, outro aspecto gerador das desigualdades e extremamente relevante, diz respeito aos problemas gerados pelas diferenças nas formas de produção e apropriação da moradia e do ambiente urbano

pelos diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, podemos dizer que uma moradia adequada vai além de um teto e quatro paredes, para consolidação desse direito é preciso que uma série de critérios sejam atendidos, como: segurança da posse, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, custo acessível, habitabilidade, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, localização adequada e adequação cultural. O Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) define o que Comentário nº 4 do considera uma moradia adequada:

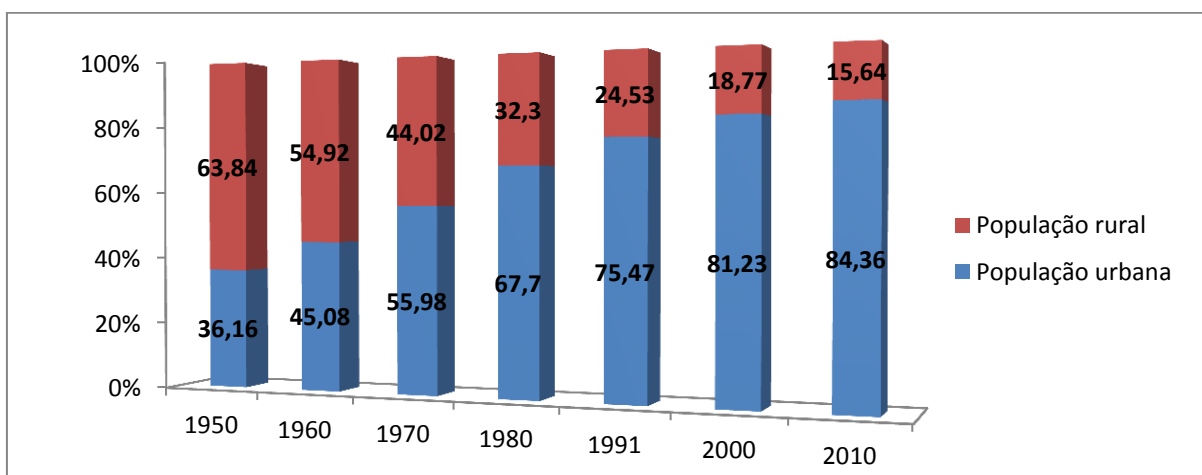
1. Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.
2. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
3. Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.
4. Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.
5. Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.
6. Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.
7. Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991).

1.2 Moradia enquanto política pública

Nos dias atuais convivemos com um dos maiores problemas que é a desigualdade social, gerada pelo crescimento econômico desordenado e sem distribuição justa, causando como consequências extrema concentração de renda, desemprego, fome, baixos salários, falta de moradias, entre outros, sobretudo entre a população das classes menos favorecidas. Essas classes no contexto habitacional compõem a maior demanda imediata por moradias, devido ao seu alto custo de aquisição (Fundação João Pinheiro, 2001).

Com o processo de industrialização no século XX, a população migrou das áreas rurais para as urbanas em busca de oportunidade de empregos, gerando problemas complexos para o poder público enfrentar (AZEVEDO; ANDRADE, 1997). Esse processo fez com que a população urbana aumentasse sem acompanhar a oferta de habitação adequada, gerando em 2012, segundo a FJP (Fundação João Pinheiro), um déficit habitacional total no Brasil de 5.430.562, relacionado à população de baixa renda, hoje os atendidos na faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As informações contidas no gráfico 1 reforçam o processo de urbanização ocorrido no Brasil durante os anos de 1950 a 2010.

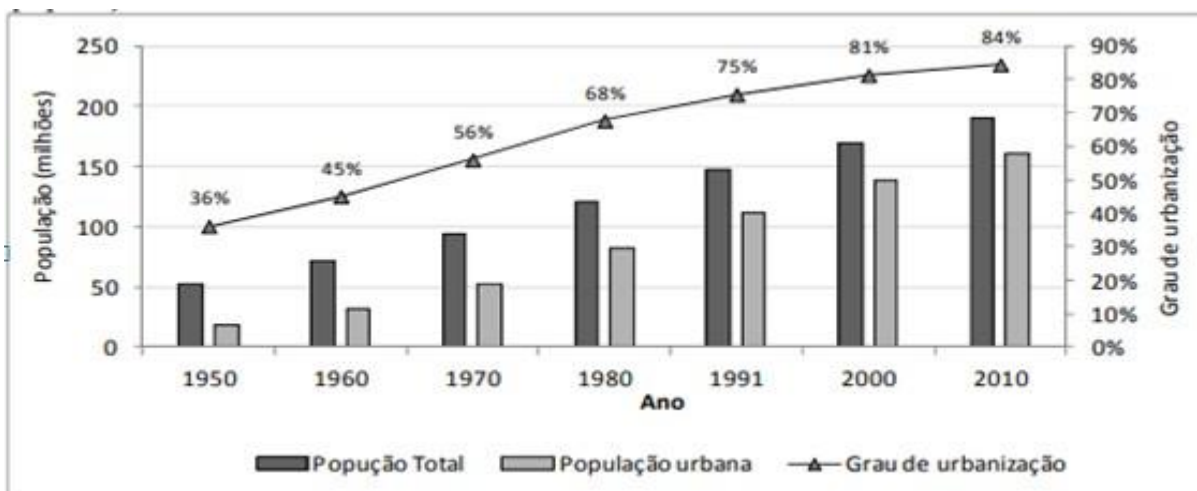
Gráfico 1: população rural e urbana 1950-2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Segundo De Pinho e Brito (2017) a evolução da urbanização da população brasileira pode ser analisada a partir dos dados apresentados no gráfico 2. Nota-se que o grau de urbanização do Brasil passou de 36%, no ano de 1950, para 56% no ano de 1970, alcançando 84% da população no ano de 2010. Em termos absolutos, a população urbana do país passou de 18,7 milhões de pessoas em 1950, para 160,9 milhões no ano de 2010. Assim, o crescimento da população brasileira, ao longo dessas décadas, combina-se com sua urbanização.

Gráfico 2 - Evolução da população total e urbana do Brasil, e grau de urbanização da população - Anos censitários entre 1950 e 2010.



Fonte: De Pinho e Brito (2017), elaborado a partir dos dados dos Censos Demográficos dos anos de 1950 a 2010 – IBGE-SIDRA (dados básicos da Tabela 1288).

Segundo Duarte (2013), a utilização do solo urbano, a expansão constante do espaço urbano, através da periferia e a importante relação moradia-trabalho foram fatores determinantes para o início da discussão que possibilitou a construção das primeiras tentativas do Estado na provisão de moradias populares e suas respectivas intenções.

Assim, durante a Primeira Republica (1889-1930), iniciada com Getúlio Vargas (primeiro governo brasileiro a implementar ações concretas no combate ao problema da escassez de moradias populares), o governo passa então a fazer intervenções na questão habitacional, estimulando as empresas privadas a investir no ramo da construção civil, com a construção de vilas operárias. Com isso, buscou-se resolver os problemas surgidos com o processo de urbanização acelerada que foram: a deterioração das condições de vida nas cidades ocasionadas pela baixa remuneração, desemprego, falta de habitações populares e expansão desordenada da malha urbana (BONDUKY, 1998).

Nos anos 40, houve a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais, conhecidos como IAPIs (Institutos de Aposentadoria e Pensão), que segundo Dall'agnol (2010) eram modelos de pensões ligados a categorias profissionais utilizavam os fundos recebidos, e posteriormente aplicaram esses fundos na construção de conjuntos habitacionais. Com isso, houve alguns grandes conjuntos no país.

Porém, a questão habitacional começa realmente a receber atenção dos governos brasileiros na década de 60, período em que se inicia a produção ampla de moradias a fim de atender diferentes segmentos sociais. Na época as autoridades econômicas atribuíam à existência do déficit habitacional a carência de financiamentos imobiliários de longo prazo. Nessa mesma década e em meio a um contexto de crise do setor imobiliário é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que se abordando a questão financeira, seria a solução para resolvê-la.

O BNH, instituído pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, principal instituição ligada à questão habitacional até 1986, tendo como função gerir e financiar a política que promoveria a construção e aquisição da casa própria (principalmente pelas classes de menor renda), ampliando as vagas de empregos e dinamizando o setor da construção civil.

Sua primeira fase (1964 a 1967) foi marcada pela pouca disponibilidade de recursos e com a preocupação de montar a estrutura do banco constituído com um bilhão de cruzeiros antigos. Trouxe como principal novidade a “introdução do sistema de correção monetária nos financiamentos habitacionais, como mecanismo de compensação inflacionária” (VALLADARES, 1983, p.39). Como diferencial das políticas públicas habitacionais implantadas até aquele momento, tinha o fato deste se tratar de um “órgão que articula o setor público, como financiador principal, com o setor privado, executor da política habitacional” (ANDRADE, 1976, p.123; VERAS, 1980, p.55 apud VALLADARES, 1983, p.39).

Em sua segunda fase (1967 a 1971), fase de ampliação do BNH que passa então a atuar como banco de primeira linha e segundo VALLADARES (1983), tem suas funções ampliadas, bem como seus recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), (criado na primeira fase) e das cadernetas de poupança, passando então a privilegiar os financiamentos destinados as faixas de renda mais altas, tornando-se o segundo maior banco brasileiro.

Posteriormente, em sua terceira fase (1971 a 1979), O BNH é reestruturado, passando de autarquia para empresa pública, tornando-se um banco de segunda linha e assumindo o papel de agente do desenvolvimento do país, atuando no repasse de recursos aos agentes que tinham direito de atuar nas ações de processos aos inadimplentes ou na promoção de despejos, o que isentava o BNH de qualquer relação direta com os mutuários do sistema. Esse período foi marcado pelo investimento em desenvolvimento urbano em detrimento das habitações.

Caracterizada pela sua ambiguidade, a quarta fase (1979-1982), ao mesmo tempo em que almejava popularização e aperfeiçoamento do modelo, foi marcada pela descapitalização decorrente do “ritmo inflacionário e achatamento salarial, o que ocasionou passivos crescentes ao SFH” (VÉRAS; BONDUKI, 1986, p.50). Importante marco dessa fase foi o alto índice de financiamentos concedidos para a faixa de interesse social, chegando a cerca de 346.000 em 1980. “Em 1982, acentuou-se e vem ao público à crise do SFH: com altos índices de desemprego, alta inadimplência”, (VÉRAS; BONDUKI, 1986, p.51).

E por fim, a quinta fase (1983-1986), marcada pela redução drástica dos financiamentos e permeada pela crise e descapitalização:

Acordos com mutuários, opção por diferentes planos de pagamento das prestações, obras de construção de conjuntos populares paralisadas, e surgindo, não só da sociedade civil como de dentro dos próprios quadros institucionais, uma avaliação dessa política (VÉRAS; BONDUKI, 1986, p.51).

Previstos a atender a população de baixa renda os programas e os conjuntos habitacionais não atingiram seus objetivos. A atuação política do BNH foi mais voltada para a geração de mão de obra do que atuação social, pois “o saldo quantitativo de oferta de habitação [continuou] irrisório para o mercado popular, ante a demanda de moradias por parte de classes de mais baixa renda”. Essa política focou no financiamento as edificações de luxo, estimulando o mercado de alto padrão. Assim, as residências destinadas às famílias de menor renda tornaram-se carentes de “infraestrutura, seja no que tange às deficiências de construção envolvendo aspectos como qualidade do material utilizado, limitações do projeto arquitetônico” ou ainda quanto [...] “à localização dos conjuntos que oneram excessivamente a força de trabalho nos seus deslocamentos diários” (VÉRAS; BONDUKI, 1986, p.45).

Assim o BNH, no insucesso de atendimento a demanda proposta em sua criação, que no inicialmente era voltada a uma política social que tinha como objetivo eliminar o déficit habitacional em 1963 é extinto, e todas as suas funções, ativos e passivos são transferidos para a Caixa Econômica Federal (CEF) em 1986, que passa então a operar o sistema habitacional em meio à crise do setor. Em seus 23 anos de atuação o BNH só conseguiu construir cerca de 4,5 milhões de habitações.

Após a extinção do BNH, foram tomadas diversas medidas para a abertura de financiamentos de imóveis que só beneficiaram em parte a classe média, afastando o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) das classes de baixa renda e agravando a situação social e habitacional do país.

Porém, ainda faltava uma definição clara de políticas públicas habitacionais nos níveis federal, estadual e municipal. Assim em 2004, o Governo Federal lança a Política Nacional de Habitação (PNH), que tem como principal objetivo, segundo Damico (2011), a facilitação da aquisição da casa própria pelas famílias com renda mensal entre zero e dez salários mínimos, sobretudo por aquelas localizadas nas periferias das grandes cidades. A PNH tem como finalidade guiar os ajustes dos órgãos e entidades dos diferentes níveis do governo, na área habitacional, em ação partilhada com o setor privado, de modo a garantir às famílias de baixa renda, o acesso gradativo à moradia adequada.

O PNH foi criado no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como primeiro plano criado após a falência do BNH, gerido pelo Ministério das Cidades recém-criado. Dentro desse plano foi criado o Sistema Nacional de Habitação (SNH), que instituiu as bases do desenho institucional da Política. Entre os planos estava a participação do setor privado no atendimento a população com renda superior a cinco salários mínimos e a criação de subsistemas. O primeiro subsistema seria o de Habitação de Interesse Social (subsídio à população de menor renda) e o segundo, o subsistema de Habitação de Mercado (que tinha como objetivo incluir novos agentes, facilitando a promoção imobiliária).

Outros planos foram criados entre 2005 e 2008, destinados a grupos da população que recebiam até três salários mínimos mensais e acima de três salários mínimos, sendo o primeiro a utilizar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o segundo fundos provenientes do FGTS.

A Caixa Econômica Federal (CEF) passa então a atuar nesse contexto como agente financiador, disponibilizando linhas de créditos para financiamento, aquisição e construção de moradias.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) então é lançado pelo Governo Federal na gestão do presidente Lula, instituído pela Lei Federal 11.977, de 7 de julho de 2009. É um dos desdobramentos do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), incluído como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

tendo como objetivo reduzir o déficit habitacional (serie de estudos criado em 1995, pela Fundação João Pinheiro, adotada oficialmente pelo governo federal) de cerca de 6,3 milhões de moradias por meio da oferta de habitação popular por meio de financiamento, de acordo com a faixa de renda da família.

O PMCMV é o maior programa habitacional da história do Brasil. Entre 2009 e 2019, dez anos do programa, foram contratadas aproximadamente 5,5 milhões de unidades, destas, mais de 4 milhões já foram entregues, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, o que representa números maiores que todo o estado da Bahia.

1.3 Participação na gestão de espaços coletivos

A participação é um direito social, fruto das lutas dos movimentos sociais que a partir de 1970 se organizaram em prol da democratização do país e na busca em torno da regularização fundiária, saúde, saneamento e moradia, tendo a Igreja progressista um forte papel neste processo, o que demandava a emergência de novos atores sociais, novos tipos de associativismo e de movimentos sociais organizados (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005). A Constituição Cidadã de 1988 trouxe diversas inovações, dentre elas o princípio da participação popular. Conforme o art. 204, paragrafo II: Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (CF, 1988).

A Constituição de 1988, foi um importante marco permitindo a consolidação do regime democrático no Brasil, nela ficou estabelecida um conjunto de direitos sociais. A partir dela, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais. Assim, a partir 1990, amplia-se a defesa da participação social tanto na formulação como no controle das políticas sociais.

A partir dessas conquistas, os movimentos de moradia em prol da habitação social, foram fundamentais para enfrentar a questão urbana, desenvolvendo propostas e reivindicando junto ao poder público, em ações diretas de ocupação de imóveis, resistências a despejos, reintegrações de posse e ainda como um dos agentes participantes nos novos programas habitacionais (Rodrigues; Barbosa, 2010).

Nesse sentido, a implementação do Estatuto da Cidade, lei federal de nº 10.257 de 10 de Junho de 2001, foi um importante marco para consolidação do regime democrático, expresso no art. 2º, paragrafo II: Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2004).

O Estatuto das Cidades foi criado para dar as diretrizes da política urbana do país em seus três níveis e assegurar os direitos da cidadania, além de fornecer ao poder público, instrumentos para o combate das dificuldades existentes e foi um importante instrumento na efetiva concretização dos Planos Diretores dos municípios (obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes), onde estes são obrigados a intervir na garantia da função social da propriedade sendo penalizado em casos de não cumprimento.

O Estatuto das Cidades traçou dezoito diretrizes que entre elas pode-se destacar o direito a cidades sustentáveis, a oferta de equipamentos urbanos e serviços públicos adequados, a ordenação e controle do uso do solo a fim de evitar a retenção especulativa de imóvel urbano, a justa distribuição dos ônus e benefícios dentre outras.

Outra importante diretriz do Estatuto das Cidades tange a obrigatoriedade da gestão participativa, explicita em ser art. 43, que trata da institucionalização da gestão orçamentaria, onde qualquer cidadão pode então participar dos debates e audiências sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Em 2014, a portaria de Nº 21, aprovou o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, que estabelece a participação como objetivo geral da portaria: Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção (BRASIL, 2014).

A participação ampla e ativa dos moradores, coletivos e redes sociais existentes nas comunidades afetadas pela intervenção habitacional são necessárias para que a população possa expressar seu cotidiano no território, bem como as necessidades existentes, observadas através dos saberes adquiridos em suas trajetórias de vida urbana, indispensáveis na formatação dos projetos urbanísticos habitacionais. A participação efetiva da população no processo participativo

horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política (MCIDADES, 2014).

A participação é elemento indispensável à realização de qualquer projeto, através dela é possível se estabelecer objetivos e soluções para os problemas a serem enfrentados em maior sintonia com as reais necessidades.

Para Armani (2000), a participação do beneficiário desde a etapa de elaboração de qualquer projeto social é fundamental para atingir seus objetivos, seja através da construção de consensos coletivos, da definição dos papéis ou da instituição de um ambiente de aprendizado contínuo.

A participação dos potenciais beneficiários do projeto na sua gestão pode ser considerada como um fim em si mesmo, uma vez que é impossível promover qualidade de vida, cidadania e desenvolvimento sem que haja efeito envolvimento dos potenciais beneficiários da ação no curso do projeto (ARMANI, 2000, p.28).

Tomando como referência a escala de participação de Arnstein¹ esse projeto pretende atingir o nível máximo de participação, o oitavo e último degrau da escala, onde:

Os moradores possam gerir um programa público ou uma organização, assumindo a responsabilidade pela definição das ações e os aspectos gerenciais, sendo capaz de negociar as condições sob as quais "externos" poderão introduzir mudanças (ARNSTEIN, 2002, p.13).

Entendendo que a participação social além de contribuir para resolução dos problemas enfrentados, produz algo muito mais importante, que é o envolvimento da comunidade com a coisa pública e o aprendizado democrático. Fatores indispensáveis à sustentabilidade do projeto.

¹ A escala de participação de Arnstein é uma escala que mede a participação cidadã, onde cada degrau corresponde à amplitude do poder da população em decidir sobre as ações e/ou o programa.

2. MÉTODO

A metodologia utilizada na elaboração do projeto de intervenção foi sistematizada em três eixos, são eles: identificação da oportunidade para uma ação social estratégica, diagnóstico preliminar e diagnóstico.

A fase da identificação da oportunidade se deu em visitas a conjuntos residenciais do PMCMV no município de Alagoinhas para realização de pesquisas para o curso de Gestão Pública desta universidade, quando se percebeu a problemática que envolvia a gestão das áreas de uso comum dos condomínios estudados e como isso afeta a vida dos seus moradores. Partindo do entendimento de que as políticas públicas devem ser voltadas para as causas do problema, identificou-se ali uma oportunidade de intervenção.

Para uma melhor identificação e compreensão da comunidade foram utilizadas categorias de performances sociocomunitárias elaboradas pelo Grupo de estudos interdisciplinar Tolstói. Além da identificação da comunidade essas categorias analisam também: a relação com o espaço, à interdependência e coesão, os relacionamentos, as perspectivas da comunidade e a política e relações externas.

O diagnóstico preliminar é a fase em que se faz o estudo da problemática em questão. Ele foi desenvolvido com base em referencial teórico, revisão de literatura, análise documental e em minhas experiências em pesquisas pregressas com o tema.

Posteriormente foi feito o diagnóstico, onde se buscou aprofundar o diagnóstico preliminar a partir dos conhecimentos empíricos dos beneficiários do programa, atores que sentem de fato as consequências do problema identificado. Esse diagnóstico teve como principal instrumento de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas individuais. As entrevistas foram realizadas com quinze moradores (aqui citados com nomes fictícios, buscando preservar a identidade das fontes, já que se trata de temas sensíveis de relação interpessoal), incluindo entre eles três moradores identificados como lideranças pelos próprios moradores por serem pessoas que atuam na busca por soluções para os problemas existentes na comunidade.

Os entrevistados foram selecionados através de sorteio por bloco e apartamento, exceto os moradores apontados como lideranças. As entrevistas foram registradas através de áudios gravados após o consentimento dos mesmos para

posterior transcrição. Por fim, ao término das entrevistas, foram solicitados os contatos dos entrevistados com o objetivo de contatá-los para eventuais consultas durante a elaboração do projeto assim como o consentimento dos mesmos para utilização das entrevistas para elaboração desse trabalho.

O roteiro de entrevistas foi elaborado objetivando uma análise metodológica qualitativa e quantitativa, com predomínio da primeira por considerá-la mais adequada a compreensão do objeto estudado, mas, ainda assim existem questões quantificáveis como forma de agregar objetividade a pesquisa. Foi utilizada uma linguagem simples, evitando-se termos técnicos, com intuito de facilitar a compreensão por parte dos entrevistados.

Buscou-se primeiramente fazer uma breve identificação dos entrevistados de forma superficial, evitando assim perguntas que possam invadir suas privacidades e causar resistência na participação nessa pesquisa. Depois foram abordados temas relativos à: espaços participativos e associativos de gestão; educação social, ambiental e patrimonial e a relação dos moradores com os espaços de uso comum, levantando questões relacionadas à apropriação, transformação, recuperação, reconhecimento, utilização e preservação desses espaços. Essas questões foram elaboradas a partir dos problemas identificados no diagnóstico preliminar relacionados a esses temas e agrupadas em categorias por: causas, efeitos e possíveis soluções para esses problemas.

As questões relacionadas às causas e efeitos do problema, serviram de base para a elaboração do diagnóstico. Já as relacionadas às soluções dos problemas, orientaram a formulação das atividades e resultados esperados do projeto, para tanto foram elaboradas perguntas que, mesmo sugerindo alternativas, deixam espaço para os entrevistados apontarem possíveis soluções, buscando-se assim uma participação mais efetiva, que vá além da mera consulta.

Em seguida busca-se identificar lideranças na comunidade com intuito de priorizá-las nessa pesquisa e atestar viabilidade do objetivo referente à capacitação dessas pessoas para atuarem como agentes multiplicadores de conhecimento dentro da comunidade. Também foi abordado o tema da relação entre os moradores, e por fim, questões que buscaram mensurar a efetividade do programa através de perguntas que objetivavam avaliar a satisfação dos moradores.

Também foram utilizados métodos complementares como a observação participativa e de aspectos físicos. Foi feito também o registro fotográfico das áreas

comunais e externas dos prédios do condomínio.

Com base na identificação da oportunidade da proposta de intervenção e nos dados coletados nas fases anteriores partiu-se então para a fase de elaboração do projeto propriamente dito.

3. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

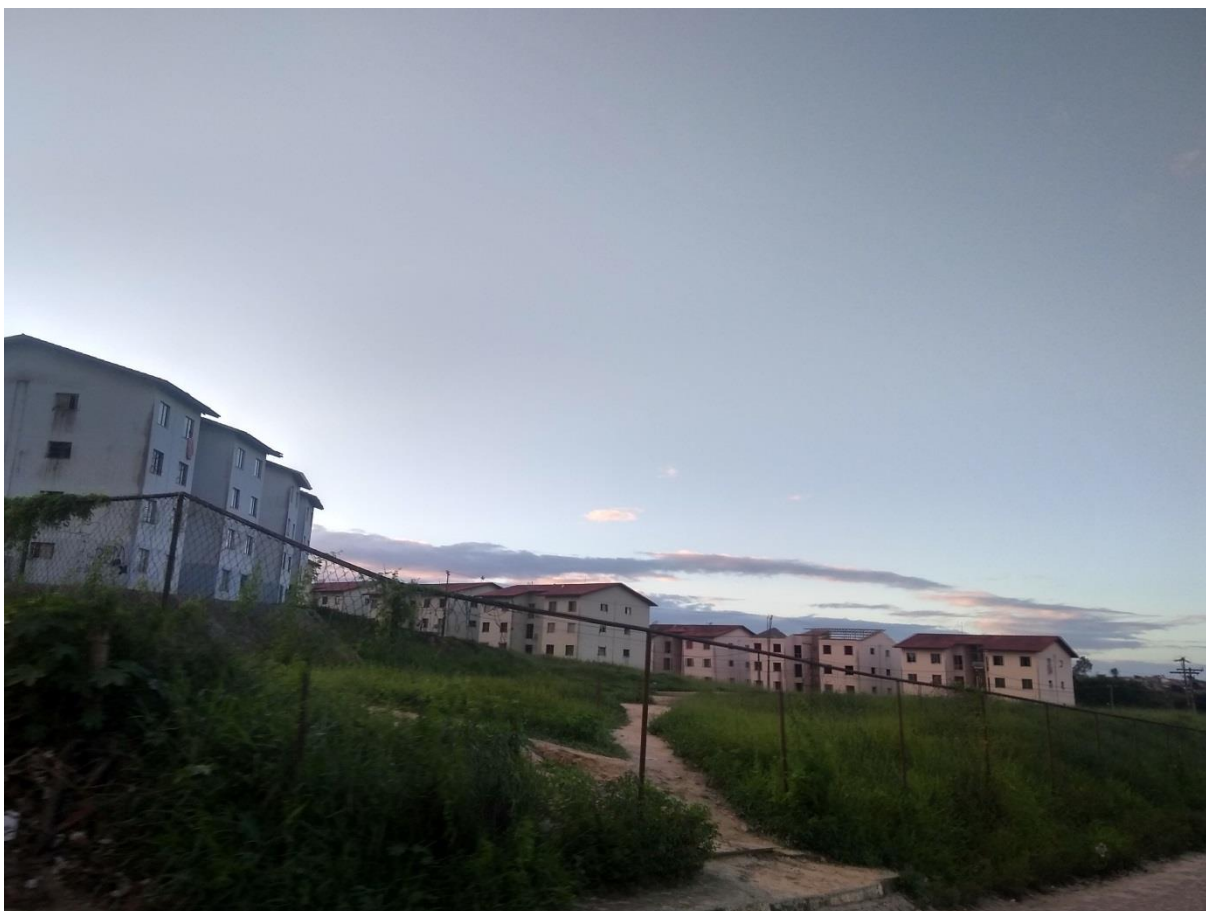
Alagoinhas é um município do estado da Bahia, com área de 752,378 km² e população estimada em 2016 era de 155.362 habitantes. Limita-se ao norte com o município de Inhambupe, ao sul com o município de Catu, a leste com o município de Araçás, a oeste com o município de Aramari, a nordeste com o município de Entre Rios e a sudoeste com o município de Teodoro Sampaio. Tem um clima quente e semiúmido. Seu IDHM é de 0,683, logo é considerado médio, levando em consideração a educação, a longevidade e a renda, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

A cidade de Alagoinhas passou a ser contemplada com o PMCMV por possuir uma população superior a 100 mil habitantes, pré-requisito adotado pelo Governo Federal para concessão do programa nas cidades, e começou a fazer as inscrições de beneficiários no programa a partir de 2009. Existia uma estimativa inicial de receber 1.000 unidades habitacionais distribuídas em dois conjuntos habitacionais, o que corresponderia a 14% do déficit habitacional do município segundo dados da Secretária de Comunicação do Município (SECOM), contudo, recebeu 2.304 unidades habitacionais na faixa 1 distribuídas em cinco conjuntos somente na primeira fase do programa.

Além de combater o déficit habitacional, o programa gerou cerca de 800 empregos diretos só no período de construção dos três primeiros conjuntos, o que contribuiu com a economia local, impulsionou as vendas no comércio e estimulou o mercado da construção civil (SECOM, 2015).

Para a realização do trabalho proposto, foi escolhido o Condomínio Residencial Bom Viver I, este localizado no bairro Nova Brasília. É um condomínio que possui localização periférica, distante cerca de 5 km do centro da cidade, e carente de equipamentos públicos. É um conjunto habitacional participante do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, composto por 480 apartamentos, divididos em 30 prédios de quatro pavimentos cada, onde residem cerca de 1.500 pessoas (Figura 1).

Figura 1 - Condomínio Residencial Bom Viver I



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O condomínio é constituído por moradores que possuem renda familiar entre zero e três salários mínimos e que cumprem pelo menos três das condicionalidades do programa que são: ser mulheres responsáveis pela unidade familiar, famílias que possuam pessoas com deficiência e famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou desabrigadas conforme Portaria 595 do Ministério das Cidades. Além dessas condicionalidades exigidas pelo PMCMV, em Alagoinhas foram estabelecidos, de acordo com o Decreto Municipal 3.162/2010, outros critérios, que são: ser participante do programa Bolsa Família, ter dois ou mais filhos e possuir domicílio eleitoral há pelo menos três anos em Alagoinhas.

A oportunidade de conhecer mais de perto o condomínio foi de grande contribuição para o conhecimento e a compreensão das relações sócio-comunitárias ali existentes.

O conceito de comunidade conforme Fichter (1967) é polissêmico, ou seja, capaz de comportar uma diversidade de sentidos, para ele “comunidade é um grupo

territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns”. Já para Bauman, comunidade seria um agrupamento muito integrado e baseado em relações sociais duradouras e multi integradas.

Na visão de Peruzzo comunidade é entendida como:

[...] um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma consciência de sua singularidade e identidade distinta como grupo. (PERUZZO, 2002, p.003).

Embora haja uma diversidade de conceitos, é possível identificar elementos comuns, como a existência de grupos e relações sociais entre as pessoas desses grupos, como também valores e aspectos culturais compartilhados.

Partindo para o entendimento empírico, aonde a compreensão acerca do conceito de comunidade vem através das falas dos entrevistados, foi possível notar que a maioria dos entrevistados acredita morar em uma comunidade, enquanto um dos entrevistados vê o residencial Bom Viver I como bairro. Vale salientar que o condomínio é mais conhecido como FM, que é o nome da construtora que o construiu, tanto interna quanto externamente.

Tal entendimento do que vem a ser comunidade é distinto entre os entrevistados, para a antiga moradora e o jovem morador comunidade é um lugar onde moram pessoas carentes, já para o antigo morador comunidade é um lugar afastado da cidade. A jovem moradora conceituou como comunhão, apesar de reconhecer sua inexistência fazendo referência ao nome Bom Viver. De uma forma geral foi possível notar que os moradores se sentem bem morando no condomínio. Os moradores mais antigos pouco convivem no local por trabalharem fora o dia inteiro. A jovem moradora relatou que se sente triste por conviver com situações de fome e carência material dos seus vizinhos. Outro fator citado por ela e que a deixa triste é a discriminação e o estigma que os moradores da localidade sofrem.

3.1 Relação com o espaço

No atendimento as necessidades de consumo, a maioria se dirige aos grandes mercados localizados no centro da cidade onde existem mais opções de compra e melhores preços, comprando no local apenas itens de básicos no caso de

falta. Apenas o jovem morador afirmou que dentro do próprio bairro onde reside consegue satisfazer suas necessidades, justamente o que possui comércio no local, o que nos leva a crer em certo otimismo da parte dele por ser comerciante.

O serviço de atendimento médico local para a metade dos entrevistados é inexistente, o posto de saúde que tem no bairro não atende os moradores do condomínio já que o mesmo é considerado pela administração municipal como área descoberta, isso porque o posto já existia no bairro Nova Brasília antes da construção do condomínio e depois de pronto não lhe foi atribuída cobertura do posto de saúde do bairro. É como se a própria administração de saúde do município não considerasse o condomínio Bom Viver como parte do bairro. Assim, os moradores do condomínio estudado precisam se deslocar por mais de nove quilômetros até o outro lado da cidade para serem atendidos, contrariando o que estabelece a Organização Mundial de Saúde (OMS) que determina que a atenção primária “É o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, levando a atenção à saúde o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem e trabalham, constituindo o primeiro elemento de um processo de atenção continuada à saúde” (Opas/OMS,1978) . A jovem moradora disse que nunca precisou dos serviços do posto por ter convênio médico. O jovem morador acha que a saúde de modo geral está ruim.

Quanto à segurança na localidade constatamos que os moradores recentes se sentem seguros no condomínio, já os antigos relataram sentir-se inseguros. O que no primeiro olhar parecia ser uma insegurança em relação ao condomínio, pois era essa a intenção da pergunta feita a eles, na análise das falas dos entrevistados percebe-se que a insegurança é maior em relação a fatores externos à comunidade.

“Segurança nem aqui e nem em lugar nenhum” (antigo morador do Bom Viver I). Escolhemos a fala deste morador do condomínio para enriquecer a contribuição significativa que Zygmunt Bauman (2003), traz ao falar sobre a segurança no mundo atual. Para Bauman, a segurança é qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer.

Buscando analisar o nível de satisfação dos produtos e serviços ofertados dentro da comunidade, quanto à disponibilização pela iniciativa privada nada foi mencionado. Já, os produtos e serviços ofertados pelo poder público são insatisfatórios para todos os entrevistados. Serviços como limpeza, segurança,

manutenção predial e dos equipamentos de uso comum são inexistentes ou inoperantes.

Os moradores se sentem abandonados pelo poder público local e a jovem moradora atribui à inclusão das crianças na criminalidade a falta de assistência e a discriminação sofrida pelos moradores da comunidade.

3.2 Interdependência e coesão

No condomínio, verificou-se que é praticamente inexistente a realização de atividades culturais. O culto realizado às quartas-feiras é o único evento que acontece no condomínio onde há a participação de alguns moradores daquela região e alguns simpatizantes. Os moradores entrevistados, por exemplo, não participam de nenhuma atividade dentro do condomínio.

Na comunidade não existe formação de grupos, o único grupo existente está relacionado a crenças religiosas, não existe nenhum grupo cultural, político ou esportivo por exemplo. Uma das causas da inexistência de grupos na comunidade foi apontada pelo jovem morador como sendo a precariedade dos equipamentos públicos, assim como sua relação com o espaço físico, os quais não atendem as necessidades dos moradores.

Para se viver em comunidade é necessário se estabelecer relações de trocas, os indivíduos direta ou indiretamente dependem um do outro para sobreviver. Com o intuito de analisar se existem relações de trocas entre os moradores foram feitas perguntas que buscavam medir o nível de interdependência entre eles. Em relação à busca de ajuda aos vizinhos verificaram-se comportamentos distintos, onde metade disse jamais bater na porta do vizinho como disse a jovem moradora: “prefiro meus joelhos”, ou como dito pelo antigo morador: “vou à casa de minha mãe”. Entre os que pedem ajuda, houve relatos que o inverso também acontece frequentemente, ou seja, eram solicitados por vizinhos em seus momentos de necessidades e urgência.

A cooperação e a solidariedade são importantes para os moradores porque minimizam problemas sociais como a fome e a pobreza. Os moradores que confirmaram haver cooperação no condomínio disseram que acontecem muitos casos, como ajuda para pagar recibos de água e energia de algum morador que esteja necessitando, bem como doação de sextas básicas e outros tipos de alimentos. Apenas o antigo morador, não acredita na existência de cooperação entre

os moradores e relata a dificuldade em se resolver problemas comuns como, por exemplo, o concerto da bomba que fornece água para o prédio.

3.3 Relacionamentos

O relacionamento entre os moradores da comunidade é essencial na luta pela sobrevivência e na busca por melhorias. No condomínio estudado, todos os entrevistados afirmaram mantêm relações com os outros moradores, em alguns casos limitados apenas a cumprimentos formais como: “bom dia, boa tarde e boa noite”, como acontece no caso dos antigos moradores com alguns vizinhos. Já os jovens moradores afirmaram terem boas relações no condomínio, nesse sentido nota-se mais fortalecido o sentimento comunitário entre as pessoas que vieram depois da ocupação inicial.

Os relacionamentos primários são marcados pelo contato direto e pessoal e relações mais íntimas, e fazem parte: familiares, amigos e vizinhos onde ambos possuem um elevado grau de proximidade uns com os outros. Ao estudarmos as relações entre os moradores conseguimos notar que entre a maioria dos entrevistados essas relações prevalecem, já que, eles relatam que seus contatos mais próximos são seus vizinhos com quem se dão muito bem. Apenas o antigo morador relatou não ter relações primárias com seus vizinhos, mas reconheceu que deve ser por causa de sua profissão a qual o faz permanecer muito tempo fora do condomínio.

Na relação com outros moradores do condomínio além dos vizinhos mais próximos, identificamos entre os moradores mais jovens mais diálogos com os demais, enquanto os moradores mais antigos têm relações limitadas a cumprimentos formais.

Ser convidado a participar de festas e comemorações por outros moradores é um fator relevante na análise dos relacionamentos, é algo que ocorre onde existem vínculos relacionais estabelecidos. Analisando esse ponto pudemos concluir que a maioria é convidada a participar de aniversários, casamentos, noivados, entre outros, o que pode sinalizar indícios de sentimento comunitário. Apenas o antigo morador relatou não ser convidado por não existir esses tipos de eventos no condomínio.

A confiança, sentimento indispensável à existência da comunidade, faz toda a diferença no modo de ser e de viver. Sem confiança, as relações são marcadas pelo receio e pela ausência de espontaneidade. Ter confiança nos outros não deixa de ser uma busca, uma conquista, uma construção um tanto árdua, mas necessária. Buscamos entender as relações de confiança estabelecidas entre os moradores e constatamos que os moradores do residencial Bom Viver manifestam ter certo grau de confiança nas pessoas que residem na comunidade, e a maioria traz a confiança como uma dimensão necessária para a convivência com os demais. Não existindo uma confiança plena como ficou comprovado na fala da antiga moradora “É confiar desconfiando o tempo todo”.

3.4 Perspectivas da comunidade

A perspectiva dos moradores quanto ao futuro da comunidade também é dividida. Moradores antigos são bastante pessimistas como verificamos na fala do antigo morador “espero em Deus que alguém olhe para ele, porque do jeito que está amanhã ou depois vai acabar”. Os moradores recentes já demonstraram certo otimismo e acreditaram que no futuro o condomínio vai estar mais povoado, com cultura, com baixo índice de criminalidade, tornando-se um ambiente bom de viver.

Ainda em relação ao futuro do condomínio, percebe-se que a maioria mostrou uma grande vontade de sair do local, e o que é pior, há uma urgência na vontade de ir embora, como podemos ver na fala do antigo morador “daqui a menos de um mês estou indo embora”; e na fala da antiga moradora “pretendo sair o mais breve possível”. A jovem moradora também demonstrou sua vontade de ir embora do condomínio ao afirmar que só estaria morando ali “até hoje”. Apenas o jovem morador não tem planos de sair do condomínio afirmando que passaria a velhice no local numa boa.

Ao abordarmos as perspectivas da comunidade surgiu uma informação importante para a análise da performance sócio comunitária, a comunidade já sofre um processo de desagregação, “o pessoal vai abandonar caindo fora, tem um bocado de prédio vazio” fala do antigo morador, “dentro de uma semana são três mudanças, o povo está mudando, o povo está saindo”, dito pela jovem moradora são relatos que refletem bem o que está acontecendo.

Mesmo identificando a vontade de sair da comunidade entre a maioria dos entrevistados, todos sugeriram soluções que poderiam contribuir com a melhoria da comunidade, e que ocupariam o tempo ocioso dos jovens evitando a inserção dos mesmos na criminalidade. Problemas como falta de: manutenção do condomínio, assistente social e agente comunitário, representação política, organização, eventos culturais e artísticos e atitude governamental foram apontados pelos moradores. São demanda que, para eles, se fossem resolvidas trariam melhoras significativas para a comunidade.

3.5 Política e relações externas

Podemos também identificar a inexistência de qualquer tipo de forma associativa entre os moradores no condomínio. A associação entre os membros da comunidade é de suma importância no fortalecimento dos laços comunitários, pois através dela é possível realizar um conjunto de ações em defesa dos interesses dos moradores e da comunidade, o que contribui no enfrentamento dos problemas ali existentes. Outra função essencial da associação dos Moradores é promover o esclarecimento, a informação e a formação da comunidade para que ela reivindique seus direitos.

Outro problema constatado foi que os moradores não estão engajados na política, não participando ou fazendo representar-se. Todos reconhecem não haver representantes políticos que lutem por suas causas, o que para eles torna difícil a busca por melhorias para a comunidade e para os moradores. Tal problema foi relatado pela antiga moradora “é isso que a gente precisa na verdade, de um representante pra falar por nós, pra lutar em benefício da comunidade, mas não tem não. Eles vêm aqui, como eu lhe falei, em tempo de política, prometem, prometem”.

A relação dos moradores da FM com seu entorno é bem tranquila, apesar das telas que delimitam o condomínio do restante do bairro percebe-se uma boa integração, “se tornou uma comunidade só”, segundo o jovem morador. Já a relação da comunidade com o restante da cidade não é tão boa, os moradores sentem-se estigmatizados por morar em tal localidade. Os preconceitos vão desde um táxi que se recusa a adentrar o condomínio até ter que esconder seu endereço para não perder uma vaga de emprego.

4. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Apesar dos avanços sociais e redução do déficit habitacional, muitas são as críticas ao programa, as principais quanto a: localização, qualidade das construções, baixa participação das entidades sem fins lucrativos (apenas 3%), faixas de renda mais atendidas entre outras. Porém, um problema que não vem sendo apontado é aquele dos espaços de convivência e lazer (CARVALHO; PATRÍCIO; SCHUETT, 2014).

Problema esse também constatado em pesquisa realizada para o trabalho de análise do instrumento de política pública do PMCMV no município de Alagoinhas em 2015 no âmbito do curso de tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na qual todos os moradores entrevistados se mostraram descontentes com as áreas de convivência e lazer. Também foi apontado como um dos principais problemas atualmente nos conjuntos pesquisados. O uso dos espaços abertos de uso comum melhora o relacionamento dos moradores entre si, além disso, os moradores que usam esses espaços tendem a estar mais satisfeitos com seus conjuntos (LAY e REIS, 2005). Esses espaços tem um importante papel na integração social e na qualidade de vida dos moradores.

É essencial garantir a participação dos moradores nos espaços de gestão dos empreendimentos habitacionais de interesse social, isso tornara os projetos mais eficazes, além de que a participação em si também se constitui em um investimento (RAHNEMA, 2000). A participação deve ser entendida como um processo pedagógico de construção da cidadania e um direito do cidadão.

5. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

Como qualquer grande programa governamental, o PMCMV também tem seus problemas. São problemas de diversas naturezas, dentre os quais podemos citar: localização periférica e baixa qualidade urbanística dos empreendimentos, ausência de equipamentos públicos, desconsideração de fatores climáticos, regionais e geográficos na tipologia dos imóveis, pouca participação de movimentos populares na produção habitacional por autoconstrução, mutirão ou cooperativas (apenas 3% através do MCMV-Entidades para faixa 1) e até clientelismo na entrega dos imóveis.

Porém, um problema que vem recebendo pouca atenção dos governantes, diz respeito à fragilidade dos vínculos comunitários e a falta de participação dos moradores na gestão dos espaços de uso comum no PMCMV. Fato esse, facilmente observável em visita a qualquer empreendimento pertencente a faixa 1 do programa, através da falta de conservação dos espaços de uso comum, consequência imediata do problema aqui identificado.

A partir do desenvolvimento de um árvore de problemas (Figura 2) como método de diagnóstico, é possível avançar na discussão da problemática envolvida, debatendo suas causas e efeitos com base em referencial teórico:

Figura 2 - Árvore de problemas



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O que se percebe, no primeiro olhar, é a ausência de cuidados com as áreas de lazer e convívio. Aparentemente o que é o problema, em um olhar mais detido, se transforma numa consequência do problema real.

O nível de organização entre os moradores reflete-se tanto na aparência externa das edificações quanto nos espaços abertos comunitários: quanto mais organizados, melhor tende a ser o nível de manutenção (LAY; REIS, 2005, p.15).

Uma das causas da falta de participação dos moradores na gestão dos espaços de uso comum é justamente pela falta de espaços participativos. Espaços onde o morador se sinta motivado a participar, contribuindo assim para o exercício de práticas democráticas. E que sirvam também como instrumentos para fazer surgir e lidar com conflitos por meio da discussão e da negociação.

Nenhum dos conjuntos visitados para a elaboração desse projeto possui associação de moradores própria, alguns possuem apenas associação de bairro, que é mais ampla e genérica, o que não atende as especificidades e demandas internas de cada conjunto. Também não possuem nenhum outro tipo de espaço de participação, como por exemplo: assembleias condominiais.

Tanto o poder público quanto os beneficiários do programa tem sua parcela de responsabilidade na ausência desses espaços. Para os beneficiários, a vida em condomínio é uma novidade, geralmente são pessoas oriundas de áreas de risco e que não estão acostumadas a gerir espaços comuns, problema esse que se agrava quando são dispostas aleatoriamente nos apartamentos ao lado de pessoas com quem não tem uma rede prévia de contatos, assim apresentam dificuldades em articular-se politicamente. Também são pessoas que, em sua maioria, sentem dificuldades em se expressarem e de reivindicarem seus direitos. Por isso a cultura associativa entre moradores dos conjuntos MCMV faixa 1 é pouco desenvolvida.

Já o poder público, ator indispensável nesse processo, tem sido omissivo no fomento a esses espaços. É parte do poder público fazer o desenho participativo, oferecer os espaços, como previsto no objetivo geral da portaria de nº 21 do Ministério das Cidades: “Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, Ministério das Cidades, Portaria 21/2014). É necessário que esse objetivo saia do papel e se efetivem de fato na vida dos beneficiários.

Assim o fortalecimento das bases associativas e a criação de espaços participativos dentro do próprio conjunto são essenciais para fazer surgir às demandas internas e incentivar a participação dos próprios moradores na gestão desses espaços.

Outra causa direta do problema principal é a ausência de políticas públicas que fomente a mobilização, organização, participação e o fortalecimento das comunidades de moradores. Há certa falta de preocupação com o pós-ocupação dos empreendimentos, problema esse ainda mais acentuado nos condomínios visitados que foram contratados na primeira fase do programa (2009-2010), quando ainda não se utilizava o Trabalho Técnico Social (TTS) junto às famílias beneficiadas dos programas, apesar de sua obrigatoriedade legal.

O TTS, de acordo com Gomes (2005), atrelado a programas de habitação de interesse social, está presente nos programas que usam recursos da União desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH período de 1968 a 1986, inicialmente com caráter mais administrativo se preocupando apenas na organização comunitária e adimplência dos mutuários.

Em seguida, ele passa a constar como obrigatório pela lei 11.977/2009, dispondo nele o conjunto de ações socioeducativas voltadas para a organização e o desenvolvimento comunitário, dando respaldo para a execução das obras urbanas e preparando a comunidade para receber e manter a infraestrutura instalada e/ou recuperada de forma sustentável.

A não utilização do TTS no conjunto estudado se deu por não existir uma definição clara de responsabilidade de qual ente federado seria o responsável pela sua realização no PMCMV, aspecto esse que só veio a ser posto na portaria 465/2011, a qual trouxe orientações específicas para realização do TTS e passou aos municípios a responsabilidade exclusiva da sua aplicação. Uma das razões da ausência de políticas públicas, da falta de preocupação dos governantes, é que há uma valorização dos aspectos quantificáveis da política. O número de moradias entregues gera sempre mais dividendos eleitorais que os benefícios que essa política pode trazer à qualidade da vida dos beneficiários. Os números são sempre muito usados para estampar as campanhas publicitárias eleitorais.

Outra razão da ausência desse tipo de política pública é a velha forma de fazer política, onde os beneficiários são meros coadjuvantes, ficando sempre com um papel secundário, é a chamada política de cima para baixo. Os modelos de

gestão são sempre pouco ou nada participativos.

Utilizando o modelo da “escada da participação” de Arnstein (2002), verifica-se que a participação raramente atinge o quarto degrau, o da consulta onde se permite que o beneficiário possa ouvir e ser ouvido, nível de concessão mínima de poder. No geral, se atinge somente os dois primeiros degraus, referentes à manipulação e a terapia.

Esses dois degraus descrevem níveis de "não-participação" que têm sido utilizados por alguns no lugar da genuína participação. Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam "educar" ou "curar" os participantes (ARNSTEIN, 2002, p.003).

A vulnerabilidade social dos beneficiários também contribui de forma significativa para o problema aqui identificado de diversas formas. Seja nas dificuldades econômicas de arcar com as despesas de se ter um imóvel, como por exemplo, o pagamento de uma taxa condominial, ou até na falta de tempo de participar devido às exaustivas jornadas de trabalho a que são submetidos às classes sociais menos favorecidas.

É notório que a vulnerabilidade social dos beneficiários, por se tratarem de pessoas de baixa renda, advém de processo histórico de desigualdades sociais e econômicas do nosso país. O Brasil é um país extremamente desigual e excludente e isso se reflete nas camadas mais pobres da população tornando-as vulneráveis a diversos tipos de mazelas.

Por fim, entre as causas da problemática apresentada, cabe destacar a situação de vínculos relacionais restritos, comum em conjuntos habitacionais do PMCMV. Os vínculos relacionais restritos são causados por negligência no desenho inicial do programa (quando não se exigia a execução do trabalho social nos condomínios) para com a integração dos beneficiários a nova moradia e entre si. Não houve nenhuma preocupação do programa com a integração dos moradores pós-ocupação.

Isto significa dizer que esta população alvo da nova política habitacional propagada pelo PMCMV, além de não ter tido alternativa de escolher seu próprio lar e de ter sido afastada de seu antigo bairro e dos vínculos socioespaciais que ali estabeleciam, foi reassentada de forma tal que não se levou em consideração e/ou foram oferecidos meios que viabilizassem a rápida integração ao novo local de moradia (CARDOSO, et al, 2013).

Os moradores foram afastados dos seus antigos territórios e dos vínculos sociais que lá estabeleciam para um novo território, e ali começam praticamente do zero a restabelecer novos vínculos comunitários e societários. Cabe salientar a importância desses vínculos na vida de pessoas que moravam em favelas ou em áreas de risco onde são utilizados inclusive como estratégia de sobrevivência.

Trataremos agora das consequências do problema principal começando pela destruição dos espaços de convívio e lazer. Em todos os conjuntos visitados no município de Alagoinhas, pudemos notar que todos os equipamentos destinados a convívio e lazer estavam bastante deteriorados e não eram mais reconhecidos pelos moradores como tais. Quiosques e quadras de esportes foram totalmente destruídos, nem os bancos de praça sobraram.

A ausência das áreas de convivência e lazer expõe os moradores a situações de risco e desconforto. Principalmente para os mais jovens, que se veem obrigados a praticar suas atividades recreativas em locais inadequados e inseguros, como por exemplo: em meio a trânsito de veículos, aumentando assim as chances de sofrer algum tipo de acidente; ou muito próximo das residências, provocando barulho, falta de privacidade e desconforto para os moradores.

A ausência desses espaços também inibe a criação e o fortalecimento dos vínculos de sociabilidade entre os moradores. O rompimento desses vínculos tende a causar também uma ruptura da relação do morador com a comunidade, o que gera um sentimento de não pertencimento aos grupos sociais, causando assim uma sensação de insegurança e isolamento, o que pode levar muitas vezes a busca pelas drogas e até vir a contribuir para a realização do ato infracional.

Também gera uma insatisfação geral entre os moradores, como pude notar em entrevista realizada nesses conjuntos, onde a falta de conservação dessas áreas foi apontada pelos moradores como o principal problema existente lá hoje. O resultado disso tudo é a redução da qualidade de vida dos moradores além da desvalorização dos imóveis.

Outra consequência decorrente diretamente do problema raiz, é que ele compromete o desenvolvimento do sentimento de pertencimento do morador ao novo território. A fragilidade desse sentimento funciona como elemento desmotivador na apropriação dos espaços coletivos pelos moradores.

Isso impacta negativamente no nível de satisfação dos moradores, pois o uso dos espaços comunais tem um importante papel nesse sentido. Para Lay e Reis

(2005) os moradores que utilizam esses espaços sentem-se mais satisfeitos. E ali que os moradores desenvolvem suas atividades sociais e recreativas, são também espaços importantes para a relação de convivência entre os moradores, para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Há, ainda, a questão da identidade dos moradores com esses espaços. É sabido que a finalidade de muitos desses conjuntos habitacionais, inclusive do MCMV, é abrigar pessoas que moravam em favelas ou em áreas de risco. Nessas comunidades, a relação das pessoas com os espaços de uso comum é muito forte, muitas vezes os becos e vielas tornam-se áreas de convívio e lazer. Então, é importante criar essa relação que favoreça a integração social (CARVALHO; PATRÍCIO; SCHUETT, 2014, p.29).

A ausência do sentimento de pertencimento torna o território vulnerável a ações como a invasão dos espaços públicos ou a depredação dos poucos equipamentos de lazer e convívio existentes. O resultado disso é que o território acaba se tornando uma “terra de ninguém” (termo popular empregado para designar um território não ocupado), aonde qualquer um chega e faz o que quer.

A invasão das áreas de convívio é muito comum em conjuntos do PMCMV, principalmente pelos chamados “puxadinhos”, onde espaços de uso comuns acabam se tornando um cômodo de uso privado, como um quarto a mais ou uma garagem por exemplo. Esse é um problema de difícil resolução depois de efetuada a invasão e as consequências são as mais diversas chegando a ocasionar conflitos entre vizinhos.

As consequências são negativas em diversos aspectos: na aparência negligenciada das edificações, na falta de espaços abertos para a realização de atividades de recreação e lazer, na falta de manutenção dos espaços abertos do conjunto, na insegurança e deficiência de circulação ocasionada pela desorganização das construções irregulares (LAY; REIS, 2005, p. 105).

Por fim, a fragilidade de vínculos comunitários e a falta de participação na gestão dos espaços, também impossibilitam os moradores de atuarem em prol do desenvolvimento do local. É indispensável uma relação de solidez, confiança e participação do morador com a comunidade para poder dialogar com atores externos. Sua ausência tanto dificulta o diálogo e a reivindicação por melhorias junto ao poder público, como os incapacita de buscar e celebra parcerias, sejam elas públicas ou privadas.

A partir dos problemas encontrados em relação à gestão dos espaços de uso comum em condomínios do PMCMV, é possível observar a necessidade de uma maior preocupação com essa questão em conjunto de habitação social. Os conjuntos habitacionais localizados em Alagoinhas apresentam problemas similares, o que desfavorece a associação entre os moradores. Utilizado o emprego de novas técnicas de gestão é possível inserir inovações e práticas sustentáveis na gestão dos espaços comunais das moradias de interesse social.

6. DIAGNÓSTICO

Tendo como referência o problema identificado preliminarmente em pesquisas realizadas no condomínio Bom Viver em Alagoinhas, pertencente ao PMCMV, que é a fragilidade dos vínculos comunitários e a falta de participação na gestão coletiva dos espaços de uso comum, o diagnóstico participativo visa um aprofundamento do tema, discutindo as causas e consequências de tal problema a partir das percepções de quinze moradores entrevistados e referencial teórico abordado neste trabalho.

Com relação à primeira causa do problema, a falta de espaços associativos, os dados coletados em campo confirmam ausência desses espaços, assim como sua necessidade e importância para a comunidade e sua relação de causalidade direta com o problema apresentado.

Como discorrido na fase preliminar da pesquisa de campo, há uma associação de bairro, metade dos moradores tem conhecimento de sua existência, porém não se percebe um sentimento de pertencimento dos moradores em relação a essa associação, como na fala de Rita: “Tem uma associação, mas nós não participamos, não é? É mais para o povo de lá, o condomínio não frequenta muito não” e de Valda: “... tem associação lá embaixo, né? Que é do bairro da nova Brasília, porque aqui a gente não tem nada, o que acontece aqui a gente fica ao léu”.

Assim, a necessidade da criação de uma associação dos moradores do condomínio se mostrou fundamental, tanto para esse projeto, pois seria imprescindível uma organização para gerenciamento do mesmo, como para os moradores que foram unânimes e categóricos quanto a sua importância e necessidade.

Os entrevistados foram unânimes quanto à participação em uma futura associação. Foi inclusive identificado um projeto de um dos entrevistados, Antonio, para a criação de uma associação que relatou que ao perceber que as telhas de um dos prédios estavam sendo retiradas (um prédio que está desocupado por rachaduras e está sendo avaliado pela CEF), se uniu a outros moradores e recuperaram as telhas que segundo ele servirá para cobrir o quiosque que está descoberto e fundar ali a desejada associação para a comunidade (Figura 3). Para ele, este espaço...

É importante por que é o lugar onde as pessoas podem se reunir, pode haver uma confraternização em benefício do condomínio ou individualmente, mas (...) que a partir daquela reunião vai acontecer às coisas, a união do condomínio (ANTONIO, 2019).

Figura 3 - Bloco 002 interditado por problemas estruturais e telhas retiradas deste para transformação do quiosque na associação



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Figura 4 - Quiosque em 2017 e em 2019



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Ações como essa (Figura 4) demonstram que existem vontades e atitudes dos moradores para a criação da associação e veem nela um importante espaço de participação e de desenvolvimento para a comunidade. Para Valda “se existisse (...) cada um ia ter seu jeito de participar” já para Jeremias a associação “seria mais um para somar e buscar evoluir, a crescer, a desenvolver muitas coisas que hoje deixam a desejar”. Vontade essa limitada por dificuldades organizacionais segundo relatos.

A ausência de espaços associativos na comunidade é considerada de forma unânime pelos moradores como fator que prejudica a resolução dos problemas enfrentados, “... se a gente tivesse uma associação para discutir os problemas, seria

melhor” relatou Emanuel.

Também foi constatada a ausência do poder público na criação e fomento aos espaços associativos e participativos de gestão na comunidade. Nenhum projeto ou ação governamental foi identificado nesse sentido pelos entrevistados, o que demonstra total descaso deste pelos moradores e pelo que objetiva a portaria de nº 21 do Ministério das Cidades citada neste trabalho preliminarmente.

Vários relatos dos entrevistados demonstram um sentimento de abandono pelo poder público, não só em relação aos aspectos organizacionais, más também às necessidades mais básicas, como é o caso da atenção primária em saúde. Ser considerado área descoberta e não poder usufruir do posto de saúde que existe no bairro é para os moradores do condomínio Bom Viver algo que, além do desconforto causado pelo deslocamento, os expõe a uma situação de vulnerabilidade.

...aqui a gente tem um posto médico ali ao lado na Nova Brasília que não atende o pessoal daqui, é o lugar mais próximo para os moradores, aí a gente tem que se deslocar lá para a Rua do Catu, então é crianças, é mulheres grávidas que tem que fazer esse trajeto todo, já não tem ônibus, tem que pegar dois ônibus... (CLAÚDIO, 2019).

A inexistência do trabalho técnico social nesse empreendimento se reflete hoje negativamente na vida dos moradores, e é talvez uma das principais causas da fragilização dos vínculos comunitários. Foram coletados diversos relatos referentes a problemas causados pela inaptidão dos moradores a aquele layout de moradia, condomínio de apartamentos. Problema esse que poderia ter sido evitado através de um trabalho socioeducativo junto aos moradores no período de pós-ocupação.

Quase que a totalidade dos entrevistados considera quê a maior parte dos moradores que vivem neste condomínio não compreendem bem como viver em uma relação de proximidade e de compartilhamento de espaços comuns como é em um condomínio de apartamentos.

...o pessoal quer viver como se fosse individual, que não é prédio. Aí joga o lixo pela janela, joga comida pelo ralo, é um som alto, entendeu? Não sabem viver em um prédio, na verdade cada um era para ter sua casa aqui individual (ANTONIO, 2019).

Foram relatadas muitas queixas em relação ao som alto que foi apontado como a principal causa de conflito entre os moradores. Mesmo não havendo na entrevista perguntas específicas a questão do som, esse é um problema que foi

citado diversas vezes de maneira espontânea, o que demonstra a prioridade que deve ser dada à resolução desse problema: "... Ontem mesmo teve festa aí até de manhã (...) tem lugares que têm velhos, pessoas idosas que não podem ouvir certo tipo de 'zuada', aí incomoda" (EMANUEL, 2019).

Problemas relacionados ao lixo (Figura 5) também foram muito citados nas entrevistas, e percebe-se que é um grande fator de descontentamento entre os moradores. Foram vários relatos de lixo arremessado de apartamentos para a parte térrea deixando o entorno dos prédios sujos, fato que pôde ser observado e registrado. Também foi citado problemas em relação à casa para depósito de lixo onde alguns moradores não depositaram o lixo corretamente, ficando este jogado em via pública.

Tais relatos explicam por que os entrevistados consideram que apenas metade dos moradores faz sua parte quanto ao lixo produzido. Para eles, questões como limpeza e conservação do condomínio implicam negativamente no relacionamento entre os moradores.

Figura 5 - Lixos espalhados nas áreas de uso comum em 2017 e 2019



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Podemos então afirmar que a falta de preparo dessas pessoas para morarem nessa configuração de habitação tem contribuído de forma significativa para o enfraquecimento dos vínculos comunitários e até do relacionamento entre os moradores. São problemas que vão aos poucos desgastando as relações entre as pessoas, gerando um sentimento de antipatia que acaba interferindo na relação sócio comunitária que eles precisam ter para gerir áreas comuns e para o enfrentamento dos problemas que afetam a comunidade.

... se eu tenho o cuidado de zelar a minha área aqui, enquanto meu vizinho não está nem aí, aí joga lixo, faz isso, faz aquilo, eu não vou me sentir bem com meu vizinho, a partir desse momento aí, ele já não é uma pessoa boa para mim. Então certamente vai rolar alguma desavença, uma cara fechada e tal... (ANTONIO, 2019).

Ante o exposto, compreende-se como fundamental a implementação de ações socioeducativas na comunidade, ações emancipatória e que lhes tragam uma melhor compreensão acerca de elementos essenciais para um convívio mais harmônico e participativo.

Tal compreensão coincide com o entendimento dos entrevistados, todos consideram que seria muito importante esse tipo de ação na comunidade, assim como afirmaram que participariam caso essas ações houvesse, e o que é mais surpreendente, quase todos se disponibilizaram a participar de cursos, caso houvesse, para posteriormente reproduzir os conhecimentos adquiridos para a comunidade, o que demonstra uma clara predisposição para aprender e ensinar.

Outra coisa interessante é que também quase todos os entrevistados acreditam na possibilidade de um protagonismo endógeno na busca por melhorias para o condomínio. Ser protagonista de suas próprias mudanças tem diversas vantagens como: a eliminação de barreiras para com um agente externo, a facilidade de compressão através da linguagem e das percepções dos moradores e o próprio efeito multiplicador que esse método pode alcançar, já que os protagonistas estão sempre presentes na comunidade. Tudo isso é de extrema importância para a sustentabilidade da intervenção. Para Cláudio:

“... seria fundamental o projeto para algumas pessoas, porque nem todo mundo vai focar, eu acho que vai ser para poucos inicialmente, depois vai contagiando. (...) eu acho o que é a única forma que vai dar certo, porque não adianta você ensinar um grupo e aquela pessoa não conseguiu absorver tudo, se você pega um grupo menor e focando naquilo ali, aquele grupo menor vai aprender tudo e vai repassar com mais tempo.” (CLAUDIO, 2019).

Quando a entrevista abordou questões relacionadas à educação e a utilização das áreas de uso comum, as crianças da comunidade foram bastante citadas. Há uma grande preocupação em relação a elas, principalmente quanto à falta de atividades e de espaços para a realização dessas atividades (Figura 6). Célia avalia que a falta de organização entre os moradores se reflete na falta de conservação desses espaços e isso gera desconforto e insegurança para as crianças:

“(…) tá muita bagunçada, por exemplo: as crianças não tem uma quadra para brincar, (…) E as crianças precisam de alguma coisa para a cabeça, para ocupar a mente delas e deveria ter aqui no condomínio. (…) para puxar as crianças para o que é bom” (CÉLIA, 2019).

Figura 6 - Criança sem espaços para brincar



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Quando ela diz “para o que é bom” certamente está se referindo a outra grande preocupação dos moradores em relação aos mais jovens que é o de perder um filho para o mundo das drogas e do crime, é algo que está implícito em algumas falas. Uma das entrevistadas não teve a mesma sorte. Apontando para um quadro com a foto do filho na sala do seu apartamento, relatou que tentou tira-lo desse mundo afastando-o do condomínio, porém não obteve êxito, pois seu filho foi

assassinato em outro estado. Para ela, “gente ruim” no condomínio influenciou na opção do seu filho. Isso nós faz compreender melhor tamanha preocupação com essas pessoas, assim como a importância da realização de atividades que as contemple.

A maioria dos entrevistados não utilizam as áreas de uso comum do condomínio, alguns alegam falta de segurança e de conservação desses espaços. Os poucos que usam, usam: o estacionamento, a parte térrea dos prédios para conversar com vizinhos e o que restou da quadra esportiva.

Mais da metade dos entrevistados acreditam que os espaços de uso comum são respeitados pelos moradores, apesar de se verificar invasões a esses espaços como bares montado no estacionamento e a guarita que virou barbearia. Porém isso parece não incomodar os moradores. João explica que:

...os espaços que são ocupados de outra forma, mesmo que não seja legal, mas não deixa de ser algo que é feito para o usufruto de todos. Por exemplo: um bar e algumas coisas, etc., então a agente acaba aproveitando. Por quê? Pelo fato de não ter uma quadra, de não ter uma praça, ter o espaço dentro do próprio condomínio.

Essa fala deduz que na ausência de espaços para recreação e lazer os bares são as únicas opções que restam. Ainda que esses espaços possam ser considerados também como um espaço onde ocorram relações sociais, eles jamais substituíram a importância de equipamentos públicos como o de esporte e lazer, principalmente pelo consumo do álcool que é a lógica de funcionamento desses estabelecimentos.

Analisando a relação de causalidade entre organização, gestão e manutenção, percebe-se a formação de um ciclo vicioso: a falta de conservação dos espaços comuns do condomínio dificulta a possibilidade de apropriação destes pelos moradores, o que resulta no seu desuso e abandono. Já a não utilização e abandono desses espaços impactam diretamente no campo relacional dessas pessoas, já que: os espaços abertos coletivos deveriam ser o lugar comum onde residentes tem a oportunidade de realizar as atividades sociais, recreacionais e funcionais que propiciam vínculos entre a comunidade (LAY; REIS, 2005).

A ausência desses vínculos entre a comunidade por sua vez, tende a dificultar a organização entre os moradores. E a organização entre os moradores, fundamental para gestão coletiva do condomínio, reflete nos espaços comunais.

Para Lay e Reis (2005), a organização é diretamente proporcional ao nível de manutenção desses espaços, isso explica melhor o atual estado de conservação dos espaços de uso comum do condomínio Bom Viver verificado nas visitas para pesquisa de campo e também percebido nas falas dos entrevistados, pois há uma insatisfação geral em relação a esses espaços, assim como sua pouca utilização principalmente pela inexistência e falta de conservação destes.

Apesar de todos os problemas enfrentados e de tudo que precisa ser melhorado, os moradores do Bom Viver, de uma forma geral estão satisfeitos com suas moradias, embora tenha sido possível identificar que parte dos entrevistados estão insatisfeitos basicamente por três motivos: o abandono do poder público, a falta de organização entre os moradores e a situação em que se encontra espaços comunais do condomínio pelos motivos já explanados aqui, falta de conservação, manutenção, segurança, etc.

Ainda assim é possível afirmar que o PMCMV melhorou a vida da maioria dessas pessoas, foi o que afirmou quatro em cada cinco entrevistados. Hoje elas se sentem, e de fato estão menos vulneráveis, pois possuem um lar sem os riscos do despejo, já que sair do aluguel foi a principal razão dessa melhoria.

Diante dos dados analisados conclui-se que, existem problemas, mas também existem elementos suficientes para uma mudança significativa na qualidade de vida dessas pessoas. Há um sentimento de pertencimento forte nessa comunidade, que pôde ser confirmado na fala de treze moradores; há um reconhecimento unânime sobre a importância e a necessidade de ações educativas para a comunidade; há uma pré-disposição clara para: aprender e multiplicar conhecimentos, participar socialmente das coisas do condomínio e a trabalhar pela sua recuperação e manutenção, todos afirmaram que o fariam; mas há também uma grande insatisfação dessas pessoas, que também se constitui como um dos elementos de suma importância para a sua transformação.

7. MARCO LÓGICO

Marco lógico para implementação, monitoramento e avaliação do projeto:

Quadro 1 - Marco Lógico do projeto

(continua)

Objetivo Geral		
<p>Fomentar a criação de espaços participativos em bases associativas através de ações educativas, informativas e de apropriação, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários na gestão coletiva dos espaços de uso comum e a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Residencial Bom Viver I, Programa Minha Casa Minha Vida.</p>		
Objetivos específicos	Resultados Esperados	Atividades/Ações
<p>1. Estimular a criação de espaços participativos, associativos e horizontalizados de gestão, onde todos se sintam motivados a participar.</p>	<p>1.1 Moradores associados e participando na associação dos moradores da comunidade (curto prazo, 6 meses).</p>	<p>1.1.1 Realizar palestra para a comunidade abordando o tema: a importância da associação de moradores e da participação social para a comunidade. 1.1.2 Mobilizar os moradores através de um grupo do aplicativo WhatsApp para realização da assembleia geral para criação da associação dos moradores. 1.1.3 Realizar todos os tramites legais para a formalização da associação que são: eleição para escolha dos membros que iram compor a diretoria; preparar um livro de Atas; organizar fichas com os dados dos futuros associados; escrever um estatuto; registrar esse estatuto em cartório e providenciar o CNPJ. 1.1.4 Construir a sede da associação.</p>
	<p>1.2 Fortalecimento das bases associativas no condomínio (médio prazo, 12 meses).</p>	<p>1.2.1 Realizar reuniões com os associados. 1.2.2 Realizar assembleias com os associados.</p>
<p>2. Realizar ações educacionais nas áreas: social, ambiental e condominial para os moradores.</p>	<p>2.1 Difusão de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam a vida em comunidade (6 meses).</p>	<p>2.1.1 Realizar palestras abordando os temas: convivência comunitária e em condômino de apartamentos, promoção da cidadania e outros definidos pelas lideranças comunitarias. 2.1.2 Elaborar e distribuir manuais de regras de convivência para os moradores. 2.1.3 Realizar oficinas com atividades lúdicas na comunidade. 2.1.4 Realizar encontro para discussão dos rumos das ações educativas na comunidade.</p>

(continuação)

<p>2. Realizar ações educacionais nas áreas: social, ambiental e condominial para os moradores.</p>	<p>2.2 Adoção de hábitos e costumes compatíveis com a saúde do meio ambiente (6 meses).</p> <p>2.3 Aumento do nível de conservação dos espaços e equipamentos públicos do condomínio (12 meses).</p>	<p>2.2.1 Elaborar material impresso contendo os temas abordados nas palestras para distribuição na comunidade.</p> <p>2.2.2 Realizar oficinas de descarte e reciclagem do lixo.</p> <p>2.2.3 Realizar palestras abordando os temas: resíduos sólidos, poluição sonora e outros assuntos ambientais.</p> <p>2.3.1 Realizar palestras sobre conservação de espaços e equipamentos públicos.</p> <p>2.3.2 Pesquisar e selecionar materiais em meios digitais contendo temas relacionados à conservação de espaços e equipamentos públicos e compartilhar através de redes sociais com os moradores.</p> <p>2.3.3 Realizar oficinas de reforma, restauração e manutenção de espaços e equipamentos públicos.</p>
<p>3. Promover atividades que favoreçam o processo de apropriação, transformação, recuperação, reconhecimento, utilização e preservação dos espaços comuns pela comunidade.</p>	<p>3.1 Apropriação, uso e transformação dos espaços comuns pela coletividade (6 meses).</p> <p>3.2 Fortalecimento do sentimento de pertencimento dos espaços comuns pelos moradores (12 meses).</p> <p>3.3 Integração dos moradores a comunidade (12 meses).</p>	<p>3.1.1 Construção de um parque infantil.</p> <p>3.1.2 Criação de uma horta comunitária.</p> <p>3.1.3 Construção de uma praça.</p> <p>3.1.4 Construção de uma academia ao ar livre.</p> <p>3.1.5 Recuperação da quadra esportiva.</p> <p>3.1.6 Instalação de 8 lixeiras para resíduos recicláveis.</p> <p>3.1.7 Realizar multirões para limpeza, manutenção, recuperação e construção de espaços comuns.</p> <p>3.2.1 Realizar caminhada com líderes e moradores pelo condomínio mapeando e discutindo propostas para a utilização dos espaços disponíveis.</p> <p>3.3.1 Realizar feiras na comunidade de: artesanato, gastronomia, etc.</p> <p>3.3.2 Criar uma escola de futebol.</p> <p>3.3.3 Criar um grupo de capoeira.</p> <p>3.3.4 Realizar aulas de dança.</p> <p>3.3.5 Realizar aulas de ginástica.</p> <p>3.3.6 Selecionar profissionais, verificando a disponibilidade destes na comunidade, para ministrarem aulas de: futebol, capoeira, dança e ginástica.</p>

(conclusão)

<p>4. Buscar parcerias públicas e/ou privadas para fomento as ações deste projeto.</p>	<p>4.1 Captação de recursos para custeio das despesas do projeto.</p> <p>4.2 Mobilização de recursos materiais, humanos e intelectuais para as necessidades do projeto.</p>	<p>4.1.1 Pesquisar entidades e editais com disponibilidade de recursos econômicos para fins compatíveis a este projeto.</p> <p>4.1.2 Adaptar e submeter este projeto a essas entidades e editais para captação de recursos econômicos.</p> <p>4.2.1 Pesquisar entidades e editais com disponibilidade de recursos materiais, humanos e intelectuais compatíveis a este projeto.</p> <p>4.2.2 Adaptar e submeter este projeto a essas entidades e editais para captação de recursos materiais, humanos e intelectuais.</p>
<p>5. Identificar e capacitar lideranças comunitárias para atuarem como agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos através deste projeto, visando sua sustentabilidade.</p>	<p>5.1 Líderes comunitários capacitados, atuando como multiplicadores de conhecimento na comunidade visando à sustentabilidade da intervenção (12 meses).</p>	<p>5.1.1 Identificar e eleger lideranças comunitárias entre os moradores através de votação.</p> <p>5.1.2 Selecionar cursos de capacitação compatíveis com os objetivos desse projeto, para as lideranças comunitárias.</p> <p>5.1.3 Capacitar essas lideranças a fim de atuarem como multiplicadores do conhecimento na comunidade, elaborar relatórios das atividades do projeto e realizar pesquisas na comunidade.</p> <p>5.1.4 Estabelecer plano de atividades educacionais e condominiais a serem desenvolvidas na comunidade.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 2 - Indicadores dos objetivos do projeto, acompanhados dos seus respectivos meios de verificação.

(continua)

Objetivo geral	Indicadores de impacto	Meios de verificação
Fomentar a criação de espaços participativos em bases associativas através de ações educativas, informativas e de apropriação, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários na gestão coletiva dos espaços de uso comum e a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Residencial Bom Viver I, Programa Minha Casa Minha Vida.	<p>a) Pelo menos 80% dos moradores satisfeitos com sua moradia;</p> <p>b) Aumento do sentimento de pertencimento dos moradores a comunidade;</p> <p>c) Pelo menos 80% dos equipamentos instalados por esse projeto, conservados e sendo utilizados.</p>	<p>a) Pesquisa realizada pelos líderes;</p> <p>b) Pesquisa realizada pelos líderes;</p> <p>c) Relatórios do projeto e registros fotográficos.</p>
Objetivos específicos	Indicadores de efetividade	Meios de verificação
1. Estimular a criação de espaços participativos, associativos e horizontalizados de gestão, onde todos se sintam motivados a participar.	<p>a) Existência da associação depois de 24 meses;</p> <p>b) Representação da associação na União das Associações de Moradores de Alagoinhas (UAMA);</p>	<p>a) Registro da associação em cartório;</p> <p>b) Registro de filiação da associação na UAMA;</p>
2. Realizar ações educacionais nas áreas: social, ambiental e condominial para os moradores.	<p>c) Pelo menos 80% dos moradores considerando terem uma boa ou ótima relação com os demais;</p> <p>d) Pelo menos 60% dos moradores considerando que todos ou a maioria fazem sua parte quanto ao lixo produzido (6 meses);</p> <p>e) Pelo menos 50% dos moradores considerando que os residentes do Bom Viver I, sabem viver em condomínio de apartamentos;</p>	<p>c) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;</p> <p>d) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;</p> <p>e) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;</p>
3. Promover atividades que favoreçam o processo de apropriação, transformação, recuperação, reconhecimento, utilização e preservação dos espaços comuns pela comunidade.	<p>f) Pelo menos 60% dos moradores considerando a aparência do condomínio como boa ou ótima;</p> <p>g) Ao menos 50% dos moradores satisfeitos com as áreas de uso comum;</p>	<p>f) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;</p> <p>g) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;</p>
4. Buscar parcerias públicas e/ou privadas para fomento as ações deste projeto.	h) Possibilidade de custeio de pelo menos 50% dos recursos pretendidos à realização desse projeto;	h) Orçamento e relatórios do projeto;
5. Identificar e capacitar lideranças comunitárias para atuarem como agentes multiplicadores dos conhecimentos adquiridos através deste projeto, visando sua sustentabilidade.	i) Pelo menos 50% dos líderes comunitários que foram capacitados, atuando na comunidade (12 meses).	i) Fichas de registro e acompanhamento individual dos líderes.

(continuação)

Resultados	Indicadores de desempenho	Meios de verificação
1.1 Moradores associados e participando na associação dos moradores da comunidade (curto prazo, 6 meses). 1.2 Fortalecimento das bases associativas no condomínio (médio prazo, 12 meses).	a) Pelo menos 50% dos moradores acima dos 18 anos associados (6 meses); b) Pelo menos 50% dos associados participando em mais de 60% das reuniões (12 meses);	a) Levantamento do número de moradores do condomínio acima dos 18 anos e de moradores associados, realizado pelos líderes comunitários; b) Ficha dos associados e listas de frequência das reuniões da associação;
2.1 Difusão de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam a vida em comunidade (6 meses). 2.2 Adoção de hábitos e costumes compatíveis com a saúde do meio ambiente (6 meses). 2.3 Aumento do nível de conservação dos espaços e equipamentos públicos do condomínio (12 meses).	c) Pelo menos 30% dos moradores participando de ações educacionais (6 meses); d) Inexistência de lixo fora da casa de lixo; e) Pelo menos 30% dos moradores satisfeitos com o estado dos espaços de uso comum em 6 meses e 50% em 12 meses;	c) Levantamento do número de moradores e listas de presença das ações educacionais; d) Registros fotográficos; e) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;
3.1 Apropriação, uso e transformação dos espaços comuns pela coletividade (6 meses). 3.2 Fortalecimento do sentimento de pertencimento dos espaços comuns pelos moradores (12 meses). 3.3 Integração dos moradores a comunidade (12 meses).	f) Pelo menos 60% dos moradores utilizando as áreas comuns do condomínio (6 meses); g) Pelo menos 40% dos moradores já tendo participado de ao menos uma mobilização para limpeza, recuperação ou preservação das áreas de uso comum (12 meses); h) Pelo menos 30% dos moradores considerando terem um ótimo relacionamento com os demais (12 meses);	f) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários; g) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários; h) Pesquisas realizadas pelos líderes comunitários;
4.1 Captação de recursos para custeio das despesas do projeto. 4.2 Mobilização de recursos materiais, humanos e intelectuais para as necessidades do projeto.	i) Pelo menos 50% dos recursos pretendidos à realização do projeto captados ou mobilizados;	i) Relatórios do projeto.
5.1 Líderes comunitários capacitados, atuando como multiplicadores de conhecimento na comunidade visando à sustentabilidade da intervenção (12 meses).	j) Pelo menos 60% dos líderes comunitários que foram capacitados, atuando na comunidade (12 meses);	j) Relatórios do projeto;

(continuação)

Atividades/Ações	Indicadores operacionais	Meios de verificação
<p>1.1.1 Realizar palestra para a comunidade abordando o tema: a importância da associação de moradores e da participação social para a comunidade.</p> <p>1.1.2 Mobilizar os moradores através de um grupo do aplicativo WhatsApp para realização da assembleia geral para criação da associação dos moradores.</p> <p>1.1.3 Realizar todos os tramites legais para a formalização da associação que são: eleição para escolha dos membros que iram compor a diretoria; preparar um livro de Atas; organizar fichas com os dados dos futuros associados; escrever um estatuto; registrar esse estatuto em cartório e providenciar o CNPJ.</p> <p>1.1.4 Construir a sede da associação.</p> <p>1.2.1 Realizar reuniões com os associados.</p> <p>1.2.2 Realizar assembleias com os associados.</p> <p>2.1.1 Realizar palestras abordando os temas: direito a moradia, convivência comunitária e em condomínio de apartamentos e outros assuntos sociais apropriados às características locais e a população atendida.</p> <p>2.1.2 Elaborar e distribuir manuais de regras de convivência para os moradores.</p> <p>2.1.3 Realizar oficinas com atividades lúdicas na comunidade.</p> <p>2.1.4 Realizar encontro para discussão dos rumos das ações educativas na comunidade.</p> <p>2.2.1 Elaborar material impresso contendo os temas abordados nas palestras para distribuição na comunidade.</p> <p>2.2.2 Realizar oficinas de descarte e reciclagem do lixo.</p> <p>2.2.3 Realizar palestras abordando os temas: resíduos sólidos, poluição sonora e outros assuntos ambientais.</p> <p>2.3.1 Realizar palestras sobre conservação de espaços e equipamentos públicos.</p> <p>2.3.2 Pesquisar e selecionar materiais em meios digitais contendo temas relacionados à conservação de espaços e equipamentos públicos e compartilhar através de redes sociais com os moradores.</p> <p>2.3.3 Realizar oficinas de reforma, restauração e manutenção de espaços e equipamentos públicos.</p>	<p>a) Pelo menos 70% das atividades (e ações) realizadas conforme cronograma e orçamento;</p> <p>b) Pelo menos 60% das atividades desenvolvidas com qualidade Alta, e não mais do que 40% delas realizadas com qualidade Satisfatória;</p> <p>c) Pelo menos 70% dos recursos necessários à realização das atividades foram acessados e disponibilizados no tempo e na forma adequada.</p>	<p>a) Ficha de registro de atividades e controle do orçamento;</p> <p>b) Ficha de avaliação de atividades;</p> <p>c) Controle orçamentário, relatórios financeiros e das atividades e resultados.</p>

(conclusão)

<p>3.1.1 Construção de um parque infantil. 3.1.2 Criação de uma horta comunitária. 3.1.3 Construção de uma praça. 3.1.4 Construção de uma academia ao ar livre. 3.1.5 Recuperação da quadra esportiva. 3.1.6 Instalação de 8 lixeiras para resíduos recicláveis; 3.1.7 Realizar mutirões para limpeza, manutenção, recuperação e construção de espaços comuns.</p> <p>3.2.1 Realizar caminhada com líderes e moradores pelo condomínio mapeando e discutindo propostas para a utilização dos espaços disponíveis.</p> <p>3.3.1 Realizar feiras na comunidade de: artesanato, gastronomia, etc. 3.3.2 Criar uma escola de futebol. 3.3.3 Criar um grupo de capoeira. 3.3.4 Realizar aulas de dança. 3.3.5 Realizar aulas de ginástica. 3.3.6 Selecionar profissionais, verificando a disponibilidade destes na comunidade, para ministrarem aulas de: futebol, capoeira, dança e ginástica.</p> <p>4.1.1 Pesquisar entidades e editais com disponibilidade de recursos econômicos para fins compatíveis a este projeto. 4.1.2 Adaptar e submeter este projeto a essas entidades e editais para captação de recursos econômicos. 4.2.1 Pesquisar entidades e editais com disponibilidade de recursos materiais, humanos e intelectuais compatíveis a este projeto. 4.2.2 Adaptar e submeter este projeto a essas entidades e editais para captação de recursos materiais, humanos e intelectuais.</p> <p>5.1.1 Identificar e eleger lideranças comunitárias entre os moradores através de votação. 5.1.2 Selecionar cursos de capacitação compatíveis com os objetivos desse projeto, para as lideranças comunitárias. 5.1.3 Capacitar essas lideranças a fim de atuarem como multiplicadores do conhecimento na comunidade, elaborar relatórios das atividades do projeto e realizar pesquisas na comunidade. 5.1.4 Estabelecer plano de atividades educacionais e condominiais a serem desenvolvidas na comunidade.</p>	<p>a) Pelo menos 70% das atividades (e ações) realizadas conforme cronograma e orçamento;</p> <p>b) Pelo menos 60% das atividades desenvolvidas com qualidade Alta, e não mais do que 40% delas realizadas com qualidade Satisfatória;</p> <p>c) Pelo menos 70% dos recursos necessários à realização das atividades foram acessados e disponibilizados no tempo e na forma adequada.</p>	<p>a) Ficha de registro de atividades e controle do orçamento;</p> <p>b) Ficha de avaliação de atividades;</p> <p>c) Controle orçamentário, relatórios financeiros e das atividades e resultados.</p>
---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

8. ESTRATÉGIAS DE VIABILIZAÇÃO

O plano de ação para viabilizar o projeto será desenvolvido junto com as lideranças da comunidade, que são os maiores conhecedores das dificuldades envolvidas na ação. A presente proposta prioriza a ampliação dos espaços de participação coletiva, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento do potencial comunitário, ou seja, sua inserção autônoma e consciente aos espaços da comunidade, criando e reforçando os laços.

Através da participação comunitária, se estabelece um campo favorável para a consolidação de uma cultura de exercícios da cidadania, onde as pessoas ao reconhecerem seus direitos e deveres, passam também a reivindicá-los e de fato exercitá-los.

Para captar recursos que vão viabilizar a execução desse projeto existem duas formas: uma forma é através da captação de recursos diretos pela associação de moradores, em editais privados e/ou de fundos públicos, ou fundos de organizações da sociedade civil que estejam alinhados aos objetivos desse projeto.

A outra forma seria através da apresentação do projeto a setores do poder público municipal. As parcerias são de suma importância para o desenvolvimento das ações previstas no presente projeto, bem como para a sua manutenção e sustentabilidade.

9. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Quadro 3 - Atividades

AÇÕES	Período/Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Realizar uma palestra para a comunidade abordando o tema: a importância da associação de moradores e da participação social para a comunidade.	X											
Promover doze reuniões com os associados.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar duas assembleias com os associados.	X					X						
Realizar três palestras abordando os temas: direito a moradia, convivência comunitária e em condomínio de apartamentos e outros assuntos sociais apropriados às características locais e a população atendida;		X				X			X			
Elaborar e distribuir manuais de regras de convivência para os moradores.			X									
Realizar quatro oficinas com atividades lúdicas na comunidade		X			X		X					X
Realizar um encontro para discussão dos rumos das ações educativas na comunidade.						X						
Elaborar material impresso contendo os temas abordados nas palestras para distribuição na comunidade.			X									
Realizar duas oficinas de descarte e reciclagem do lixo.			X					X				
Realizar duas palestras abordando os temas: resíduos sólidos, poluição sonora e outros assuntos ambientais.			X					X				
Realizar duas palestras sobre conservação de espaços e equipamentos públicos				X			X					
Realizar três oficinas de reforma, restauração e manutenção de espaços e equipamentos públicos.				X			X			X		
Realizar dois mutirões para limpeza e manutenção dos espaços comuns.		X			X				X			
Realizar uma caminhada com líderes e moradores pelo condomínio mapeando e discutindo propostas para a utilização dos espaços disponíveis.		X										
Realizar quatro feiras na comunidade de: artesanato, gastronomia, etc.		X			X			X			X	
Realizar doze aulas de dança	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar doze aulas de ginástica.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

10. ORÇAMENTO

Quadro 4 - Orçamento: Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS – EQUIPE TÉCNICA SOCIAL				
Profissional	Atribuição	Horas técnicas (quantidade)	Horas técnicas (R\$ com encargos)	Custo total R\$
Palestrante	Palestra para a comunidade abordando o tema: a importância da associação de moradores e da participação social para a comunidade.	01	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Professor de dança	Ministrar aulas de danças.	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Instrutor de ginástica	Ministrar aulas de futebol.	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
Palestrante	Palestras abordando os temas: convivência comunitária e em condômino de apartamentos, promoção da cidadania e outros assuntos sociais apropriados às características locais e a população atendida.	03	R\$ 100,00	R\$ 300,00
Oficineiro	Realizar oficinas com atividades lúdicas na comunidade.	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
Oficineiro	Realizar oficinas de descarte e reciclagem do lixo.	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
Palestrante	Realizar palestras abordando os temas: resíduos sólidos, poluição sonora e outros assuntos ambientais.	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Palestrante	Realizar palestras sobre conservação de espaços e equipamentos públicos	02	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Oficineiro	Realizar oficinas de reforma, restauração e manutenção de espaços e equipamentos públicos.	03	R\$ 80,00	R\$ 240,00
Gasto total com recursos humanos			R\$ 2.560,00	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Quadro 5 – Orçamento Material

MATERIAL DE CONSUMO				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Livro Ata 100 fls.	Unidade	02	R\$ 25,00	R\$ 50,00
Papel Ofício	Pacote (100fls)	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
Cartolinas	Unidade	10	R\$ 1,00	R\$ 10,00
Barbante	U/100 mts	01	R\$ 8,00	R\$ 8,00
Fita adesiva	Rolo	03	R\$ 5,00	R\$ 15,00
Caneta	Unidade	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
Quadro branco	Unidade	01	RS 60,00	R\$ 60,00
Cadeiras Plásticas	Unidade	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00
Mesas Plásticas	Unidade	02	R\$ 70,00	R\$ 140,00
Impressora (colorida)	Unidade	01	R\$ 350,00	R\$ 350,00
Armário com chave	Unidade	01	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Pincel/Piloto	Unidade	10	R\$ 4,00	R\$ 40,00
Cola litro	Unidade	01	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Bolas de couro nº 05	Unidade	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00
Cones pequenos	Unidade	05	R\$ 10,00	R\$ 50,00
Kit de primeiro socorro	Unidade	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Chuteira	Unidade	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
Coletes	Unidade	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
Kit's esportivos: camisa, short, meião	Unidade	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
Caixa de som	Unidade	01	R\$ 800,00	R\$ 800,00
Bebedouro	Unidade	01	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Copos descartáveis 200 ml	Cento	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00
			R\$ 6.043,00	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

11. REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos**: Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: TOMO, 2000. 96 p.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escala da participação cidadã. **Participe – Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação**, Porto Alegre: Núcleo, jan, n. 2, 2002.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luiz Aureliano G. de. **A reforma do Estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira**: Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB/ENAP, 1997.

BAPTISTA, Carla Maria Freres Stipp. A participação da sociedade civil na gestão pública no tocante à moradia. **GEOGRAFIA**, Londrina, v. 19, n. 3, p. 119-145, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar, 2003.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 1988.

BRASIL. **Constituição**. 26/2000. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm.
Acesso em: 12 Jun. 2019.

BRASIL. **Decreto N° 591**. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm. Acesso em:
12 Jun. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. Cadernos M. Cidades nº 4, Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.257** de 10 de Julho de 2001. Brasília, 10 de Julho de 2001.

BRASIL: Decreto - lei nº 8.036. **Política Socioambiental do FGTS**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=278365>. Acesso em: 2 Jul. 2019.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ- FASE, 2001.

CARDOSO, Adauto Lúcio, ARAUJO, Flavia de Sousa, JAENISCH, Samuel Thomas. **Morando no Limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Anpur, 2013

CARVALHO, Camila; PATRÍCIO, Nuno; SCHUETT, Nils. **A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação social: o caso programa Minha Casa Minha Vida.** Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 3, n. 2, p. 24- 35, 2014.

DA SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias:** Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DALL'AGNOL, Mariane; MACHADO, Nara Helena Naumann. **Os conjuntos de habitação social no Brasil, suas experiências e contribuições: o caso dos IAPIs.** 2010.

DAMICO, Fabiano. **O programa minha casa, minha vida e a caixa econômica federal.** COSTA, Juliana Camargos et al.: O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, p. 33-54, 2011.

DE PINHO, Breno ATD; BRITO Fausto. A urbanização da população brasileira: uma análise segundo o tamanho dos municípios. **Anais**, p. 1-20, 2017.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. **O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular.** 2016.

FICHTER, J.H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, F. (Org.): **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Edusp, 1973.

GOMES, MFCM. **Política de habitação e sustentabilidade urbana:** Política de habitação popular e trabalho social. Rio de Janeiro: DP&A. (Coleção Espaços do Desenvolvimento), 2005.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. **Habitação Social: diferenças no papel de espaços abertos comunitários segundo tipos habitacionais.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 20 p. Salvador, Ba, Anais da ANPUR, 2005.

OSÓRIO, Letícia; SAULE JUNIOR, Nelson. **Direito à moradia no Brasil:** Relatório Nacional do Projeto de Relatores Nacionais do DhESC. São Paulo, 2003.

PERUZZO, Cicilia et alii; COGO, Denise; KAPLUN, Gabriel.
Comunicación y movimientos populares: ¿cuales redes. São
Leopoldo: UNISINOS, 2002.

RAHNEMA, M. **Participação.** In: SACHS, W. Dicionário do Desenvolvimento.
Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 190-210, 2000.

RODRIGUES, Evaniza; BARBOSA, Benedito Roberto. **Movimentos populares e
o Estatuto da Cidade:** CARVALHO, CS; ROSSBACH, A. O Estatuto da Cidade
comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, p. 23-34, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **Estudos recentes sobre a habitação no
Brasil: resenha da literatura.** In, VALLADARES, Licia do Prado (org.).
Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VERAS, Maura Pardini Bicudo; BONDUKI, Nabil Georges. **A Política habitacional
e a luta pelo direito à habitação.** In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A
cidadania que não temos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 40-72 p.

12. APÊNDICE

12.1 Roteiro de entrevistas PMCMV:

1. Identificação dos entrevistados

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Prédio:
5. Tempo de moradia:
6. Quantas pessoas moram no seu apartamento?

2. Espaços participativos e associativos de gestão.

7. Existe no conjunto alguma associação ou conselho onde os moradores possam se reunir e discutir os problemas da comunidade?
8. Você já participou ou foi convidado a participar de alguma reunião ou grupo associativo na comunidade? Conte.
9. O condomínio já recebeu algum tipo de auxílio do poder público na organização dos moradores? Cite.
10. Você acha que a falta de uma organização dos moradores prejudica a resolução dos problemas enfrentados pela comunidade?
11. Você considera importante a existência de um espaço associativo na comunidade? Por quê?
12. Você participaria se esse espaço existisse? Por quê?

3. Educação social, ambiental e patrimonial.

13. Você considera que as pessoas que vivem aqui compreendem bem como é viver em condomínio de apartamentos? Por quê?
14. Por que há uma falta de cuidado dos moradores com as áreas de uso comum, como a quadra esportiva e o quiosque, por exemplo?
15. Você acha que os moradores fazem sua parte quanto ao lixo produzido?
16. Você acha que a questão da limpeza e preservação do conjunto implica no relacionamento entre moradores? Por quê?

17. Você tem conhecimento de algum conflito entre vizinhos por causa dos espaços de uso comum?

18. Você considera importante a realização de ações educativas, como palestras e oficinas, para os moradores daqui? Por quê?

19. Você participaria dessas ações caso houvesse?

4. Apropriação, transformação/recuperação, reconhecimento, utilização e preservação dos espaços comuns pela comunidade.

20. Você utiliza as áreas comuns do seu condomínio? Se sim, qual? Se não, por quê?

21. Você já participou ou sabe se já houve algum tipo de mobilização para limpeza, recuperação ou preservação das áreas comuns do condomínio?

22. Você acha que as áreas de uso comum, por exemplo: os espaços no entorno dos prédios, são respeitados pelos moradores como um espaço comum? Se não, cite exemplos.

23. Como você definiria a aparência do seu condomínio hoje?

24. Você está satisfeito (a) com o estado atual das áreas de uso comum? Se não, o que lhe incomoda?

25. Você participaria de ações com o intuito de recuperação e preservação dessas áreas?

26. O que você gostaria que fosse feito nos espaços não aproveitados do condomínio (cite até duas alternativas)?

27. O que você acha da realização de pequenas feiras aqui como: de gastronomia e de artesanato, por exemplo?

28. Quais atividades você considera importante e gostaria que tivesse aqui (cite até duas alternativas)?

5. Identificar e capacitar lideranças comunitárias para atuarem como agentes multiplicadores de conhecimentos.

29. Existem pessoas que atuam na busca por resolução dos problemas da comunidade? Quem são?

30. Se fosse ofertado um curso para capacitar moradores, a fim de atuarem como multiplicadores de conhecimento, junto à comunidade, você se disponibilizaria?

31. Você acredita que os próprios moradores, capacitados, podem trazer melhorias para o condomínio?

6. Relações entre moradores.

31. Como é sua relação com seus vizinhos de uma forma geral?

32. Existem pessoas no condomínio com quem você tem uma relação de confiança e proximidade?

33. Você considera importante se relacionar com os outros moradores? Por quê?

34. Você já teve algum tipo de conflito com outros moradores? Por quê?

7. Satisfação dos moradores.

35. Morar aqui melhorou sua vida? Por quê?

36. Você se sente pertencente a sua comunidade? Por quê?

37. Você está satisfeito (a) com sua moradia hoje? Por quê?

12.2 Termo de consentimento informado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o Sr(a)._____ para participar da pesquisa intitulada “Projeto de intervenção: participação e fortalecimento de vínculos comunitários. uma proposta de gestão coletiva dos espaços de uso comum no conjunto residencial Bom Viver I, Programa Minha Casa Minha Vida” desenvolvida pelo graduando Harrison Borges Nery, estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), orientada pela Profa. Dra. Daniela Abreu Matos, também da UFRB.

Esta pesquisa tem como objetivo realizar diagnóstico participativo para elaboração de projeto de intervenção no conjunto residencial Bom Viver I.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de uma entrevista estruturada com gravação de áudio. Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas à vida pessoal e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, as entrevistas se darão conforme disponibilidade de seu tempo.

Esclarecemos que se V.Sa. aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a elaboração de um projeto que tem como objetivo melhorar a comunidade e a vida dos seus moradores.

Se depois de consentir a sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável por esta pesquisa no endereço: Rua Oswaldo Matos, 26, Alagoinhas-BA, telefone (75) 99982-5656, e-mail: harrisonnery@hotmail.com.

Assinado_____

12.3 Roteiro metodológico para o estudo de performances sociocomunitárias



Grupo Tolstói de Estudos Sociocomunitários

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar

Conceito de Performance Sociocomunitária – Trata-se de arranjo associativo entre moradores, objetos e ações espaciais, que oscilam entre os princípios que sociologicamente caracterizam os dois eixos societários fundamentais: comunidade e sociedade. Entende-se, portanto, que, à luz da realidade cotidiana atual, comunidade e sociedade definem modos de vida e padrões de comportamento e relações sociais e espaciais, que se entrecruzam e se interpenetram, não devendo ser vista em uma dualidade, ou em antagonismo, mas em relação dialética.

1 IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

- Nome (reconhecimento interno e externo)
- Fontes de identidade
- Delimitação espacial (localização e extensão espacial da comunidade)
- Composição
- Contextualização histórica (processo de surgimento)

Questões norteadoras do item 1:

- Como denominam a localidade/comunidade a qual pertence?
- Como são reconhecidos ou denominados externamente? (Não necessariamente a denominação externa é distinta da usada pela própria localidade/ comunidade).
- Como ocorreu a ocupação do lugar? Como surgiu a “comunidade”?
- Quais as dimensões e forma do espaço ocupado pela “comunidade”? (Pode ser difícil delimitar com precisão o espaço “comunitário”, mas a delimitação pode ser aproximada. Os membros da “comunidade” são os mais indicados para dizer ou mostrar os seus limites. Uma vez sabidos os limites, procurem mapear a localização e tamanho do espaço “comunitário”. Se a “comunidade” coincidir com um ou mais bairros, então fica mais fácil mapeá-la.)

2 RELAÇÃO COM O ESPAÇO

- Apropriação e uso do espaço – territorialização e territorialidade (contiguidade, dispersão, rede etc).
- Estratégia de atendimento às necessidades de consumo, produção e serviços.

Questões norteadoras do item 2:

- É importante não confundir o processo de apropriação e uso do território com a história do surgimento da “comunidade”. A história do surgimento, que aparece no item 1, diz respeito, exclusivamente, aos fatos, datas e ocorrências datadas no tempo, além do contexto mais amplo (por exemplo, da cidade) em que a “comunidade” surgiu. A apropriação do espaço, que produz o território “comunitário” diz respeito ao modo como a ocupação se processou; como as famílias se apropriaram da área e como se configura esta apropriação. O uso do território, enquanto estratégia de atendimento às mais distintas necessidades, é a própria territorialidade. Apropriação e uso podem revelar, por exemplo, se os membros da comunidade formam uma vizinhança social (proximidade relacional) e/ou espacial (proximidade espacial). Pode revelar também a existência de redes de solidariedade; se a “comunidade” é dispersa ou contígua.

3 INTERDEPENDÊNCIA E COESÃO

- Evidências da interdependência (trocas, relações, complementaridades).
- Elementos/pontos de coesão (acordos, objetivos, interesses comuns, pontos de união).
- Elementos/pontos de desagregação (divergências, disputas, interesses não comuns).

Questões norteadoras do item 3:

- Acredito que os itens acima mostram com clareza as intenções desta parte do levantamento. É importante ter cuidado no levantamento dos pontos de desagregação. É mais provável que ninguém se prontifique a revelar as divergências com alguém ou com o grupo. Se conhecerem alguém ou puderem conversar com alguém por indicação de um conhecido comum, então, terão mais facilidade. Usem e abusem da capacidade de observar e captar nas entrelinhas, no silêncio e nos comportamentos as disputas e divergências (ou qualquer outro fato) que possam significar pontos de desagregação.

4 RELACIONAMENTOS

- Primários (relações de contato direto, íntimo, vizinhança social).
- Secundários (relações funcionais)
- Estrutura e relações de poder

Questões norteadoras do item 4:

- Caracteriza uma comunidade a prevalência dos relacionamentos primários sobre os secundários. Os relacionamentos primários são evidenciados de todas as formas de contato direto entre as pessoas e famílias, de tal forma que a maioria (senão todos) se conhecem, trocam favores, confidenciam problemas e intimidades. As pessoas frequentam a casa uma das outras e, não raro, se ajudam em afazeres domésticos. Rodas de tereré, de mate, reuniões para oração, etc, são evidências deste tipo de relacionamentos.
- Os secundários, caso estejam em uma “comunidade”, são menos evidentes. Eles aparecem nas funções ou papéis sociais. Mas cuidado: em uma comunidade, a função de balconista ou de padeiro ou outra qualquer são preteridas pelos nomes das pessoas que são conhecidas. Será necessária uma boa dose de sensibilidade e atenção para perceber que os relacionamentos secundários, embora menos aparentes, estão sempre presentes em uma comunidade.
- A estrutura de poder pode ser mais facilmente revelada se houver uma associação ou uma organização formal que represente os interesses coletivos. Contudo, se esta não houver as informações para mostrarem a estrutura de poder local terão de ser obtidas com entrevistas. Neste caso, saibam escolher a(s) pessoa(s) que conheça bem a comunidade (em geral, as mais antigas no lugar).

5 PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE

- Dinâmica evolutiva ou transformadora da comunidade

Questões norteadoras do item 5:

- Quais as perspectivas de evolução/transformação da comunidade?
- Está a caminho de maior fortalecimento/coesão ou da desagregação?

6 POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERNAS

- Participação ou comportamento sociopolítico
- Relação entre comunidade e sociedade
- Inserção e representação política